

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO
FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A.
(Sociedad Unipersonal)**

Relatório de Auditoria, Contas Anuais e Relatório de Gestão
Correspondentes ao exercício anual terminado a
31 de Dezembro de 2012



PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO
DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)



BALANÇOS DE SITUAÇÃO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS
TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Expressos em milhares de euros)

ACTIVO	Nota	2012	2011
CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCOS CENTRAIS		1	1
INVESTIMENTOS CREDITÍCIOS		672.269	685.237
Depósitos em entidades de crédito	6	459.063	411.290
Crédito à clientela	7	213.206	273.947
ACTIVO CORPÓREO			
De uso próprio	8	266	301
		266	301
ACTIVO INCORPÓREO	8	91	387
ACTIVOS FISCAIS			
Correntes		1.023	1.022
Diferidos		164	125
	14	859	897
RESTO DE ACTIVOS	9	267	292
TOTAL ACTIVO		673.917	687.240

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO
DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

BALANÇOS DE SITUAÇÃO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS
TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Expressos em milhares de euros)

PASSIVO	Nota	2012	2011
PASSIVOS FINANCIEROS A CUSTO AMORTIZADO			
Depósitos de entidades de crédito	10	646.937	662.665
Outros passivos financeiros	11	588.396	591.468
		58.541	71.197
PROVISÕES	12	2.037	2.028
PASSIVOS FISCAIS			
Correntes		91	299
		91	299
RESTO DE PASSIVO	9	1.009	670
TOTAL PASSIVO		650.074	665.662
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
FUNDOS PRÓPRIOS			
Capital subscrito	13	23.843	21.578
Prémio de emissão		11.132	11.132
Reservas		7.100	7.100
Resultado do exercício	3	3.346	1.230
		2.265	2.116
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO		23.843	21.578
TOTAL PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO		673.917	678.240
PROMEMÓRIA			
COMPROMISSOS CONTINGENTES	15	59.476	71.944

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO
DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

CONTAS DE PERDAS E GANHOS CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Expressas em Milhares de Euros)

	Nota	2012	2011
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	16	44.868	48.852
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	17	(33.207)	(37.535)
MARGEM DE JUROS		11.661	11.327
COMISSÕES RECEBIDAS	18	1.389	1.275
COMISSÕES PAGAS	19	(1.356)	(1.294)
OUTROS PRODUTOS DE EXPLORAÇÃO	20	289	473
OUTROS ENCARGOS DE EXPLORAÇÃO		(2)	(17)
MARGEM BRUTA		11.981	11.764
Despesas de administração		(6.747)	(6.765)
Despesas de pessoal	21	(3.611)	(3.580)
Outras despesas gerais de administração	22	(3.136)	(3.185)
Amortização			
Activo Corpóreo	8	(118)	(157)
Activo incorpóreo		(39)	(101)
		(79)	(56)
Dotações para provisões (líquido)	12	(50)	(16)
Perdas por deterioração de activos financeiros (líquido)	7	(1.561)	(1.360)
Investimentos creditícios		(1.573)	(1.360)
Resto de activos		12	-
RESULTADO DA ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO		3.505	3.466
Perdas por deterioração do resto de activos (líquido)	8	(243)	(24)
Ganhos (perdas) de activos não correntes em venda		(4)	-
Ganhos (perdas) de activos não classificados como não correntes em venda (líquido)	23	59	(203)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		3.317	3.239
Imposto sobre lucros	14	(1.052)	(1.123)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3	2.265	2.116

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO
DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

ESTADO DE RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Expressas em Milhares de Euros)

	2012	2011
A) RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.265	2.116
B) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS		
Activos financeiros disponíveis para a venda		
Ganhos (Perdas) por valoração	-	-
Valores transferidos para a conta de perdas e ganhos	-	-
Outras reclassificações	-	-
Coberturas dos fluxos de efectivo		
Ganhos (Perdas) por valoração	-	-
Valores transferidos para a conta de perdas e ganhos	-	-
Valores transferidos para o valor inicial das rubricas cobertas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro		
Ganhos (Perdas) por valoração	-	-
Valores transferidos para a conta de perdas e ganhos	-	-
Outras reclassificações	-	-
Diferenças de câmbio		
Ganhos (Perdas) por valoração	-	-
Valores transferidos para a conta de perdas e ganhos	-	-
Outras reclassificações	-	-
Activos não correntes em venda		
Ganhos (Perdas) por valoração	-	-
Valores transferidos para a conta de perdas e ganhos	-	-
Outras reclassificações	-	-
Ganhos/ (Perdas) actuais em planos de pensões	-	-
Resto de receitas e despesas reconhecidos	-	-
Imposto sobre os lucros	-	-
C) TOTAL DE RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS	2.265	2.116

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

ESTADOS DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EL 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Expresados en miles de Euros)

	Fundos Próprios						Total património líquido	
	Capital subscrito	Prémio de Emissão	Reserva legal	Resto de reservas	Resto de reservas	Resultados de exercícios anteriores		Resultado do exercício
Estado correspondente ao exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2012	11 132	7 100	1 158	72	-	-	2 116	21 578
Saldo final a 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por alterações de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por erros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial ajustado	11 132	7 100	1 158	72	-	-	2 116	21 578
Total receitas/(despesas) reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações do património líquido	-	-	212	1 904	-	-	2 265	2 265
Trespases entre rubricas de património líquido (Distribuição de resultados)	-	-	212	1 904	-	-	(2 116)	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	11 132	7 100	1 370	1 976	-	-	2 265	23 843

	Fundos Próprios						Total património líquido	
	Capital subscrito	Prémio de Emissão	Reserva legal	Resto de reservas	Resto de reservas	Resultados de exercícios anteriores		Resultado do exercício
Estado correspondente ao exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2011	11 132	7 100	880	-	(447)	(1 987)	2 784	19 462
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por alterações de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por erros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial ajustado	11 132	7 100	880	-	(447)	(1 987)	2 784	19 462
Total receitas/(despesas) reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações do património líquido	-	-	278	72	447	1 987	2 116	2 116
Trespases entre rubricas de património líquido (Distribuição de resultados)	-	-	278	72	447	1 987	(2 784)	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2011	11 132	7 100	1 158	72	-	-	2 116	21 578

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO,
S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**ESTADOS DE FLUXOS DE EFECTIVO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS
TERMINADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Expressos em Milhares de euros)**

	2012	2011
FLUXOS DE EFECTIVO DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO	(29)	(66)
Resultados do exercício	2.265	2.116
Ajustamentos para obter os fluxos de efectivo das actividades de exploração	2.402	(3.857)
Amortização	118	157
Outros ajustamentos	2.284	(4.014)
Aumento / diminuição líquida dos activos de exploração	10.515	94.793
Carteira de negociação	-	-
Outros activos financeiros a valor razoável com alterações em perdas e ganhos	-	-
Activos financeiros disponíveis para a venda	-	-
Investimentos creditícios	11.343	95.796
Outros activos de exploração	(828)	(1.003)
Aumento / Diminuição líquida nos passivos de exploração:	(16.063)	(93.928)
Carteira de negociação	-	-
Outros passivos financeiros a valor razoável com alterações em perdas e ganhos	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado	(16.194)	(93.935)
Outros passivos de exploração	131	7
Cobranças/pagamentos por imposto sobre lucros	852	810
FLUXOS DE EFECTIVO DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	29	66
Pagamentos	(31)	(54)
Activos corpóreos	(4)	(17)
Activos incorpóreos	(27)	(37)
Participações	-	-
Outras unidades de negócio	-	-
Activos não correntes e passivos associados em venda	-	-
Carteira de investimento a vencimento	-	-
Outros pagamentos relacionados com actividades de investimento	-	-
Cobranças	60	120
Activos corpóreos	60	120
Activos incorpóreos	-	-
Participações	-	-
Outras unidades de negócio	-	-
Activos não correntes e passivos associados em venda	-	-
Carteira de investimento a vencimento	-	-
Outros pagamentos relacionados com actividades de investimento	-	-

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO,
S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**ESTADOS DE FLUXOS DE EFECTIVO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS
TERMINADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Expressos em Milhares de euros)**



	<u>2012</u>	<u>2011</u>
FLUXOS DE EFECTIVO DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos	-	-
Dividendos	-	-
Passivos subordinados	-	-
Amortização de instrumentos de capital próprio	-	-
Aquisição de instrumentos de capital próprio	-	-
Outros pagamentos relacionados com actividades de financiamento	-	-
Cobranças	-	-
Passivos subordinados	-	-
Emissão de instrumentos de capital próprio	-	-
Alienação de instrumentos de capital próprio	-	-
Outras cobranças relacionadas com actividades de financiamento	-	-
EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE JUROS	<u>-</u>	<u>-</u>
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DO EFECTIVO E EQUIVALENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
EFECTIVO E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	<u>1</u>	<u>1</u>
EFECTIVO E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	<u>1</u>	<u>1</u>
PROMEMÓRIA		
COMPONENTES EFECTIVO E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		
Caixa	<u>1</u>	<u>1</u>
TOTAL EFECTIVO E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	<u>1</u>	<u>1</u>

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

1. Introdução, Bases de apresentação das contas anuais e outra informação

1.1 Introdução

Pastor Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de Crédito, SA (de ora em diante designada por a Sociedade), foi constituída em Madrid em 14 de Março de 1968, com o nome de SETRISA,SA, Entidad de Financiación.

Em 1991 mudou a sua denominação social para Pastor Servicios Financieros, Entidad de Financiación, Sociedad Anónima.

No exercício de 1997, a Sociedade absorveu a Pastor Leasing, Sociedad de Arrendamiento Financiero, S.A., sem que se procedesse a qualquer revalorização ou saneamento na operação. Pastor Leasing, S.A.F. SA foi constituída em 5 de Março de 1990, sendo sua única accionista nessa data o Banco Pastor, SA.

Simultaneamente com a descrita fusão, a Pastor Servicios Financieros, Entidad de Financiación, SA, requereu a sua transformação em Estabelecimento Financeiro de Crédito, alterando a sua denominação pela actual, com a finalidade de adaptar-se à Lei 3/1994 de 14 de Abril e ao Real Decreto 692/1996 de 26 de Abril, sobre o Regime Jurídico dos Estabelecimentos Financeiros de Crédito.

A transformação foi autorizada pela Ordem Ministerial de 23 de Julho de 1997, sendo inscrita no Registo correspondente do Banco de Espanha em 23 de Dezembro de 1997.

Consequentemente, modificou-se o seu objecto social, que consiste no exercício das seguintes actividades:

- a) As de empréstimo e crédito, incluindo crédito ao consumo, crédito hipotecário e o financiamento de transacções comerciais.
- b) As de *factoring*, com ou sem recurso e as actividades complementares do mesmo, tais como as de investigação e classificação da clientela, contabilização de devedores e, em geral, qualquer outra actividade que tenda a favorecer a administração, avaliação, segurança e financiamento dos créditos nascidos do tráfico comercial nacional ou internacional, que sejam concedidos.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

- c) As de locação financeira, incluindo as seguintes actividades complementares:
1. Actividades de manutenção e conservação dos bens cedidos.
 2. Concessão de financiamento ligada a uma operação de locação financeira, actual ou futura.
 3. Intermediação e gestão de operações de locação financeira.
 4. Actividades de locação não financeira que poderão completar-se ou não com uma opção de compra.
 5. Assessoria e relatórios comerciais.
- d) A emissão e gestão de cartões de crédito.
- e) A concessão de avais e garantias e subscrição de compromissos similares.

Como actividades acessórias, poderá realizar quaisquer outras que sejam necessárias para um melhor desempenho da actividade principal.

Os referidos acordos (de fusão e transformação em Estabelecimento Financeiro de Crédito) foram escriturados e inscritos no Registo Comercial de La Coruña, com data de 2 de Dezembro de 1997.

No dia 1 de Julho de 2004, procedeu-se à cisão do ramo de actividade de locação financeira desenvolvida em Espanha, a favor do Banco Pastor, S.A., sem que se tenha procedido a qualquer revalorização e saneamento na operação. Os detalhes da operação estão descritos nas contas anuais do exercício de 2004.

Para o desenvolvimento da sua actividade, a Sociedade dispõe, para além dos escritórios centrais, de nove sucursais espalhadas pelo território nacional, nas quais obteve 96% do seu volume de negócios no exercício de 2012 e 97% no exercício de 2011. Adicionalmente, desde o exercício de 1997, a Sociedade dispõe de uma sucursal em Portugal, com sede no Porto. Com data de 29 de Setembro de 1997, a referida sucursal ficou matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto. As actividades da sucursal estão sujeitas ao Regime Geral de Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei 298/92 de 31 de Dezembro e à restante legislação bancária portuguesa.

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

A 31 de Dezembro de 2012, a Sociedade pertence ao Grupo Banco Popular e a sociedade dominante é Banco Popular Español, S.A. que detinha 100% das acções da Sociedade no encerramento do exercício de 2011. Esta alteração deve-se à fusão por absorção levada a cabo pelo Banco Popular Español, S.A. sobre o Banco Pastor, S.A. no mês de Junho do exercício de 2012.

As contas anuais consolidadas do grupo correspondente ao exercício de 2012 foram formuladas pelos Administradores do Grupo na reunião do seu Conselho de Administração de 28 de Fevereiro de 2013. Estas contas anuais consolidadas estão depositadas no Registo Comercial de Madrid.

A sua sede social da Sociedade está na rua Cantón Pequeño, 1, em A Coruña. Tanto na página “web” oficial da Sociedade (www.pastorserfin.com), como na sede social podem ser consultados os estatutos sociais e outra informação pública sobre a Sociedade.

1.2 Bases de apresentação das contas anuais.

a) Imagem fiel

As contas anuais anexas foram preparadas de acordo com o estabelecido na Circular 4/2004 do Banco de Espanha e suas alterações posteriores e com o Código de Comércio, o Real Decreto Legislativo 1/2010 de 2 de Julho, pela qual se aprovou o texto refundido da Lei das Sociedades de Capital (de ora em diante LSC) e outra normativa espanhola que lhe seja aplicável, de forma que mostram a imagem fiel do património e da situação financeira da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012 e dos resultados das suas operações, das alterações no património líquido e dos fluxos de efectivo que se produziram no exercício anual terminado nessa data. Tais contas anuais foram preparadas a partir dos registos de contabilidade da Sociedade.

As contas anuais foram formuladas pelos Administradores da Sociedade na reunião do seu Conselho de Administração de 27 de Março de 2013 e serão submetidas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, esperando-se que serão aprovadas sem nenhuma modificação. Por seu turno, as contas anuais do exercício de 2011 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Accionistas reunida em 29 de Junho de 2012.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

As presentes contas anuais, salvo menção em contrário, apresentam-se em milhares de euros.

b) Aspectos críticos da valoração e cálculo da incerteza

A informação incluída nas presentes contas anuais é da responsabilidade dos administradores da Sociedade. Nas presentes contas anuais utilizaram-se cálculos para a valorização de determinados activos, passivos, receitas, despesas e compromissos que foram realizados pela Alta Direcção da Sociedade e ratificados pelos seus administradores. Tais cálculos correspondem a:

- As perdas por deterioração de determinados activos (Nota 7 e 8).
- A vida útil dos activos corpóreos (Nota 8)
- Cálculo da probabilidade de ocorrência de eventos considerados como passivos contingentes e, se for o caso, o cálculo das provisões necessárias para a cobertura destes eventos (Nota 12).
- O valor razoável de determinados activos não cotados (Nota 27)
- O período de reversão das diferenças temporárias para efeitos da sua valoração (Nota 14).

Dado que estes cálculos se realizaram de acordo com a melhor informação disponível a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 sobre as rubricas afectadas, é possível que acontecimentos que possam ocorrer futuramente obriguem a modificá-las em qualquer sentido nos próximos exercícios. Tal modificação realizar-se-á, se for o caso, de forma prospectiva, reconhecendo os efeitos da alteração do cálculo na correspondente conta de perdas e ganhos.

c) Comparação da informação

As contas anuais correspondentes ao exercício anual finalizado a 31 de Dezembro de 2012 apresentam-se atendendo à estrutura e princípios contabilísticos estabelecidos na normativa vigente do Banco de Espanha.

Os Administradores da Sociedade, de acordo com o estabelecido no Real Decreto 2814/1998, apresentam as contas anuais, as quais incorporam para efeitos comparativos, cada uma das rúbricas do balanço de situação, da conta de perdas e ganhos, do estado de câmbios no património líquido e do estado de fluxos de efectivo, para além dos números do exercício de 2012, os correspondentes ao exercício de 2011.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
(Expressa em milhares de euros)

d) Agrupamento de rubricas

Para efeitos de facilitar a compreensão do balanço, da conta de perdas e ganhos, do estado de alterações no património líquido e no estado de fluxos de efectivo, estes estados apresentam-se de forma agrupada, recolhendo-se as análises requeridas nas Notas correspondentes da Memória.

1.3 Contratos de Agência

Nem no encerramento dos exercícios de 2012 e 2011 nem em nenhum momento dos mesmos, a Sociedade manteve “contratos de agência” na forma em que estes se contemplam no Artigo 22 do Real Decreto 1245/1995 de 14 de Julho.

1.4 Participação no capital de entidades de crédito

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a Sociedade não possuía nenhuma participação no capital de outras entidades de crédito, nacionais ou estrangeiras, igual ou superior a 5% do seu capital ou dos seus direitos de voto.

1.5 Impacto ambiental

As operações globais da Sociedade regem-se por leis relativas à protecção do meio ambiente e a segurança e saúde do trabalhador. A Sociedade considera que cumpre substancialmente tais leis e que mantém os procedimentos desenhados para fomentar e garantir o seu cumprimento.

A Sociedade adoptou as medidas oportunas relativas à protecção e melhoramento do meio ambiente e à minimização do impacto ambiental, cumprindo a normativa vigente. Durante o exercício, a Sociedade continuou a levar a cabo planos para tratamento de resíduos, de reciclagem de consumíveis e poupança de energia. Por outro lado não foi considerado necessário registar nenhuma dotação para riscos e despesas de carácter ambiental, por não existirem contingências relacionadas com a protecção e melhoria do meio ambiente.

1.6 Acções próprias

Nem a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, nem no decurso de tais exercícios, a Sociedade teve acções próprias, nem da sociedade dominante.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

1.7 Coeficientes mínimos

1.7.1 Coeficiente de Recursos Próprios Mínimos

Uma vez completada em 2011 a transposição para a nossa legislação das duas directivas comunitárias sobre a solvência, no ano de 2012 a modificação regulatória sobre esta matéria produziu-se no âmbito da regulamentação nacional, através da Lei nº 9/2012 de 14 de Novembro, que implicou uma modificação do nível de exigência de capital, de 8% para 9% a partir de 1 de Janeiro de 2013, para além de estabelecer e concretizar a sua definição, adequando-a à utilizada pela Autoridade Bancária Europeia no seu recente exercício de recapitalização dos sistema financeiro espanhol, tanto nos seus elementos contabilizáveis como nas deduções aplicáveis, de acordo com a Recomendação EBA/REC/2011/1.

O Banco de España, dados os poderes conferidos por aquela Lei, publicou a sua Circular 7/2012 de 30 de Novembro, sobre os requisitos mínimos de capital, com o objectivo de desenvolver as disposições precisas para a devida execução da citada Lei.

No ano de 2011, como se referiu anteriormente, completou-se a transição para a nossa legislação das duas Directivas comunitárias em matéria de solvência: Directiva 2006/111/CE de 16 de Setembro, conhecida por CRD2 e a Directiva 2010/76/EU de 24 de Novembro, conhecida por CRD3. As duas Directivas modificaram as anteriores 2006/48/CE e 2006/49/CE.

Com a Lei 2/2011 de 4 de Março, de Economia Sustentável e, fundamentalmente, com a Lei 6/2011 de 11 de Abril que modificou a Lei 13/1985, levou-se a cabo a primeira fase de incorporação no nosso ordenamento tais Directivas. O Real Decreto 771/2011 de 3 de Junho, através do qual se modificou o Real Decreto 216/2008, desenvolveu aquela norma legal, avançando o processo de transposição.

Não obstante, atendendo basicamente à complexidade da matéria a que respeitam, tanto as Leis como o Real Decreto conferiram ao Banco de España a competência para a transposição de muitos aspectos técnicas de tais Directivas. Por isso, o Banco de España emitiu a Circular 4/2011 de 30 de Novembro, através da qual modifica a Circular 3/2008 de 22 de Maio sobre a determinação e controlo dos recursos próprios mínimos.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

Com a publicação da Circular 4/2011, o Banco de España pretendia avançar na adaptação da nossa regulamentação prudencial dos novos critérios estabelecidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia III), quanto às características financeiras que devem ter os instrumentos de capital que integrem os recursos próprios básicos, para reforçar a sua capacidade de absorver perdas em situações de stress e a sua estabilidade. Também aproveitava para cumprir com as recomendações que o Comité de Basileia tinha publicado em matéria de transparência de políticas de remunerações que as entidades apliquem aos seus quadros directivos e empregados, cujas decisões afectem o perfil de risco.

Para além disso, esta Circular estabelece como normas as orientações sobre gestão de risco de liquidez constantes da Circular 9/2010, com o que se pretende avaliar com mais rigor o risco de liquidez a que estão expostas as entidades.

Uma vez concluída a transposição das actuais normas comunitárias para a legislação nacional, poderemos resumir que o actual enfoque para a medição da solvência das entidades, conhecido como Basileia II, baseia-se em três pilares e pretende, entre outras coisas, que os requisitos de recursos próprios sejam muito mais sensíveis aos riscos que realmente suportam as entidades no seu negócio.

O Pilar I: Cálculo dos requisitos mínimos de capital.

Estabelece uma exigência legal de manter um nível mínimo de recursos próprios em relação com os riscos (de crédito, de mercado e operacional) em que a entidade incorre e, ainda que conservasse os tradicionais 8% dos activos ponderados por risco, contudo admite:

- a possibilidade de utilizar qualificações internas e modelos internos para o cálculo das exposições ponderadas por risco. Essa via fica sujeita à autorização expressa do Banco de España e a um detalhadíssimo conjunto de requisitos prudenciais e técnicos, relacionados fundamentalmente com a gestão de riscos e com a solidez dos controlos internos das entidades de crédito.

- por outro lado, para as entidades que não usem tais modelos e que sigam, portanto, o método standard, a Circular determina as ponderações aplicáveis, ao mesmo tempo que fixa os requisitos que devem cumprir as agências de qualificação externas que se usam para determinar, em muitos casos, essas ponderações. Estes critérios baseiam-se, fundamentalmente, na objectividade, independência, transparência, reputação e contínua actualização da metodologia aplicada para medir as diferentes qualificações do risco.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

- para além disso, a norma regula as técnicas de redução e mitigação de riscos, baseadas na aplicação de garantias e nas novas exigências para os riscos de certo tipo de activos: de titularizações e de re-titularizações e os integrados na carteira de negociação, endurecendo os requisitos prudenciais, tanto quanto aos requisitos de capital como no quadro das obrigações de diligência devida por investidores e emissores.

O Pilar II baseia-se em dois princípios:

- a) As entidades de crédito devem contar com um processo para avaliar a suficiência de capital em função do seu perfil de risco e com uma estratégia de manutenção dos seus níveis de capital. Este processo deve estar vigiado pela Alta Direcção, com controlos internos e integrados no processo geral de gestão.
- b) Revisão supervisora por parte do Banco de España das estratégias e avaliações internas da suficiência de capital para garantir o cumprimento dos coeficientes de capital regulatório.

No Pilar III, dedicado a normalizar e a favorecer a divulgação ao mercado da informação relevante para que este possa exercer a sua disciplina, determinam-se os conteúdos mínimos de informação a publicar no documento “Informação com relevância prudencial”, com a finalidade de que seja comparável entre as entidades.

O Grupo a que pertence a Sociedade desenhou e desenvolveu sistemas de gestão e controlo de riscos que se consideram adequados ao perfil de riscos do Grupo. Nesse sentido, a Alta Direcção envolveu-se de forma muito activa no desenho das políticas de controlo, bem como no acompanhamento periódico dos mesmos.

O objectivo de recursos próprios do Grupo estabelece-se com base nos níveis de capital exigidos pelos distintos reguladores europeus e nacionais aos quais a Sociedade está submetida. Assim, o Grupo Banco Popular fixa tal objectivo em operar com certa folga sobre os 8% do capital principal nacional até 31 de Dezembro de 2012 e sobre os 9% de ratio de Core Tier 1, definido pela EBA até à adopção do quadro regulamentar Basileia III.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
(Expressa em milhares de euros)

Composição dos recursos próprios contabilizáveis:

a) Recursos próprios básicos:

- Capital realizado.
- Prémios de emissão.
- Reservas.
- Juros minoritários.
- Resultado auditado do exercício.
- Acções e participações preferenciais.
- Emissões obrigatoriamente convertíveis.
- (menos) acções próprias e activos incorpóreos.

b) Recursos próprios de segunda categoria:

- Financiamentos subordinados contabilizáveis.
- Coberturas determinadas colectivamente.
- Reservas de revalorização.

c) Deduções dos recursos próprios básicos e de segunda categoria:

- Participações em entidades financeiras não consolidáveis superiores a 10%.
- Participações em entidades seguradoras superiores a 20%.
- Os valores negativos resultantes da comparação entre correcções de valor por deterioração de activos e provisões face a perdas inesperadas das exposição de risco de crédito sob IRB.

Os níveis Tier I e Tier II põem em relação os requisitos de recursos próprios necessários pelas diferentes classes de risco com os recursos próprios básicos e de segunda categoria definidos no ponto anterior. Os principais riscos pelos quais existem os requisitos de recursos próprios são os seguintes:

- Risco de crédito, contraparte, diluição e entrega.
- Risco de liquidação.
- Risco de preço e de taxa de câmbio.
- Risco operacional.

Por último, o Grupo Banco Popular desenvolveu uma planificação de capital, incluindo uma política de dividendos, considerando o período 2012-2014. Para isso, tem-se em conta os planos estratégicos de negócio estabelecidos do Grupo, bem como a evolução das taxas de mora, ambos consequência do entorno macro-económico do período considerado.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

A Sociedade, como filial do Banco Popular Español, S.A., está isenta do cumprimento dos requisitos de recursos próprios mínimos a nível individual, estabelecidos na Circular 3/2008 de 22 de Maio do Banco de España e suas posteriores alterações. Os procedimentos de avaliação, medição e controlo de riscos do Banco Popular Español, S.A. incluem, por sue turno, os da Sociedade.

1.7.2 Coeficiente de Reservas Mínimas

Com data de 21 de Dezembro de 2011, publicou-se no Diário Oficial da União Europeia (DOUE) o Regulamento (EU) 1358/2011 do Banco Central Europeu de 14 de Dezembro, pelo qual se modifica o Regulamento (CE) 1745/2003, relativo à aplicação das reservas mínimas. A referida modificação consiste em recolher a redução, aprovada pelo Conselho de Governo do BCE de 8 de Dezembro de 2011, do nível de coeficiente de reservas mínimas a manter pelas entidades sujeitas, de 2% aplicado anteriormente para 1%. Esta modificação entrou em vigor a partir do período de manutenção de reservas iniciado em 18 de Janeiro de 2012.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, bem como ao longo dos exercícios de 2012 e 2011, a Sociedade cumpria com os mínimos exigidos pela normativa aplicável.

1.8 Factos posteriores

Entre a data de encerramento do exercício de 2012 e a data da formulação destas contas anuais, não se produziu nenhum facto adicional que tenha um efeito significativo sobre as mesmas.

1.9 Alterações nos critérios e nas estimativas contabilísticas

Durante o exercício de 2012 não se produziu nenhuma alteração no critério contabilístico, nem alterações nas estimativas contabilísticas da Sociedade que tenham efeitos significativos nos resultados do exercício ou no balanço.

1.10 Empresa em funcionamento.

As contas anuais dos exercícios de 2012 e 2011 foram formuladas pelo Conselho de Administração do Banco, sob o princípio de empresa em funcionamento, entendendo-se que não existem factores que afectem tal princípio.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

1.11 Informação do mercado hipotecário.

A Circular 7/2010 do Banco de España, de 30 de Novembro, sobre o desenvolvimento de alguns aspectos do mercado hipotecário, que resulta da aprovação da Lei 41/2009, de 7 de Dezembro, modificou amplamente a Lei 2/1981 de 25 de Março, de regulação do Mercado Hipotecário e do Real Decreto 716/2009 de 24 de Abril, que desenvolver esta última lei.

Por seu lado, a Circular 5/2011 do Banco de España de 22 de Dezembro altera a Circular 4/2004 do Banco de España, circular contabilista, dando forma e estrutura à informação a publicar em relação a esta matéria.

O Conselho de Administração manifesta que a Sociedade dispõe das políticas e procedimentos expressos que abrangem todas as actividades realizadas no âmbito das emissões do mercado hipotecário que realiza, que garantem o cumprimento rigoroso da normativa do mercado hipotecário aplicável a estas actividades.

As políticas e procedimentos referidos incluem os seguintes critérios:

- Relação entre o valor do empréstimo e o valor de avaliação do imóvel hipotecado, bem como a influência de outras garantias e a selecção das entidades de avaliação.
- Relação entre a dívida e as entradas do mutuário, bem como a verificação da informação prestada pelo mutuário e da sua solvência.
- Evitar desequilíbrios entre os fluxos procedentes da carteira de cobertura e os derivados da atenção dos pagamentos devidos aos títulos emitidos.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Sociedade não emitiu cédulas hipotecárias nem bonos hipotecários. A Entidade não tem entidade de avaliação própria, consequentemente todas as avaliações efectuadas são realizadas por sociedades avaliadoras independentes.

1.12 Informação sobre financiamentos à construção e à promoção imobiliária.

a) Financiamento destinado à construção e promoção imobiliária e suas coberturas

Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Entidade não apresentou no balanço nenhum tipo de financiamento outorgado, destinado à construção e promoção imobiliária.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

b) Créditos às famílias, para aquisição de habitação

Seguidamente discrimina-se o valor dos créditos às famílias destinados à aquisição de habitação mantidos no balanço no fecho do exercício de 2012:

	2012	
	Milhares de Euros	
	Valor bruto	Do qual: duvidoso
Crédito para aquisição de habitação:		
Sem garantia hipotecária	349	-
Com garantia hipotecária	404	37
	753	37

O detalhe destes créditos a 31 de Dezembro de 2011 era o seguinte:

	2011	
	Milhares de Euros	
	Valor brutos	Do qual: duvidoso
Crédito para aquisição de habitação:		
Sem garantia hipotecária	410	-
Com garantia hipotecária	449	-
	859	

A 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o valor dos créditos às famílias para aquisição de habitação com garantia hipotecária, ascende a 404 e a 449 milhares de euros, respectivamente. A 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a totalidade destes créditos tem um LTV (Loan to Value) que se encontra abaixo dos 50%.

c) Activos adjudicados

No encerramento dos exercícios de 2012 e 2011, a Entidade não apresenta no balanço activos adjudicados derivados de financiamentos concedidos, destinados à construção e promoção imobiliária ou créditos a famílias para aquisição de habitação.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

2. Princípios, políticas contabilísticas e critérios de valoração aplicados

Na elaboração destas contas anuais, aplicaram-se os seguintes princípios e políticas contabilísticas e critérios de valoração:

2.1 Instrumentos financeiros

Nesta categoria inclui-se o financiamento prestado a terceiros com origem nas actividades típicas de crédito e empréstimos realizados pela Sociedade e as dívidas contraídas pelos compradores de bens e pelos usuários dos serviços que presta.

2.1.1 Registo inicial de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registam-se inicialmente no balanço de situação, quando a Sociedade se converte numa das partes do contrato que os origina, de acordo com as condições de tal contrato. Concretamente, os instrumentos de débito, tais como os créditos e os depósitos em numerário, registam-se desde a data em que surge o direito legal a receber ou a obrigação legal de pagar, respectivamente. Pela sua parte, os derivados financeiros registam-se, com carácter geral, na data da sua contratação.

2.1.2 Baixa dos instrumentos financeiros

Um activo financeiro é dado de baixa no balanço de situação quando se produza alguma das seguintes circunstâncias:

- quando os direitos contratuais sobre os fluxos de numerário que geram, expiram; ou
- quando se transfere o activo financeiro e se transmitem substancialmente os riscos e lucros do activo financeiro ou, ainda que não exista transmissão nem retenção substancial destes, se transmita o controlo do activo financeiro.

Por outro lado, um passivo financeiro é dado de baixa do balanço de situação quando se tenham extinguido as obrigações que geram ou quando estas sejam readquiridas pela Sociedade, seja com a intenção de as recolocar de novo, seja com a intenção de as cancelar.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

2.1.3 Valor razoável e custo amortizado dos instrumentos financeiros

Entende-se por valor razoável de um instrumento financeiro numa determinada data, o valor pelo qual poderia ser comprado ou vendido, nessa data, entre duas partes, devidamente informadas, numa transacção realizada em condições de independência mútua. A referência mais objectiva e habitual do valor razoável de um instrumento financeiro é o preço que se pagaria por ele num mercado organizado, transparente e profundo (“preço de cotação” ou “preço de mercado”).

Quando não existe preço de mercado, para um determinado instrumento financeiro, para calcular o seu valor razoável, recorre-se ao estabelecido em transacções recentes de instrumentos análogos e, na falta destas, a modelos de valoração suficientemente contrastados pela comunidade financeira internacional; tendo-se em consideração as peculiaridades específicas do instrumento a valorar e, muito especialmente, os diferentes tipos de risco que o instrumento tem associados.

Concretamente, o valor razoável dos derivados financeiros negociados em mercados organizados, transparentes e profundos, incluídos nas carteiras de negociação, assemelha-se à sua cotação diária e se, por razões excepcionais, não se pode estabelecer a sua cotação numa determinada data, recorre-se a métodos similares aos utilizados para valorar os derivados não negociados em mercados organizados.

O valor razoável dos derivados não negociados em mercados organizados ou negociados em mercados organizados pouco profundos ou transparentes, assemelha-se à soma dos fluxos de caixa futuros, com origem no instrumento desligados da data da valoração (“valor actual” ou “fecho teórico”); utilizando-se no processo de valoração métodos reconhecidos pelos mercados financeiros: “valor actual líquido” (VAL), modelos de determinação de preços de opções, etc.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

Por outro lado, por custo amortizado entende-se o custo de aquisição de um activo ou passivo financeiro, corrigido (para mais ou para menos, conforme o caso) pelos reembolsos de capital e de juros e, mais ou menos, conforme o caso, a parte imputada na conta de perdas e ganhos, através da utilização do método da taxa de juros efectivo, da diferença entre o valor inicial e o valor de reembolso de tais instrumentos financeiros. No caso dos activos financeiros, o custo amortizado inclui, para além disso, as correcções do seu valor motivadas pela deterioração que tenham sofrido.

A taxa de juros efectiva é a taxa de actualização que iguala exactamente o valor inicial de um instrumento financeiros com a totalidade dos seus fluxos de efectivos calculados a todos os títulos, durante a sua vida remanescente. Para os instrumentos financeiros, à taxa de juros fixa, a taxa de juro efectiva coincide com a taxa de juros contratual estabelecida no momento da sua aquisição, ajustada, se for o caso, pelas comissões e pelos custos de transacção que, de acordo com o disposto na Circular 4/2004 do Banco de España, de 22 de Dezembro, devam incluir-se no cálculo dessa taxa de juros efectiva. Nos instrumentos financeiros com taxa de juros variável, a taxa de juros efectiva calcula-se de forma análoga às operações de taxa de juro fixa, sendo recalculados em cada data de revisão da taxa de juro contratual da operação, atendendo às modificações que tenham sofrido os seus fluxos de efectivos futuros.

2.1.4 Classificação e valoração dos activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentam-se classificados nos balanços de situação nas seguintes categorias:

- **Investimentos creditícios:** nesta categoria incluem-se o financiamento prestado a terceiros com origem nas actividades típicas de crédito e empréstimo realizadas pela Sociedade e as dívidas contraídas com esta pelos compradores de bens e pelos utilizadores dos serviços que presta.

Os activos financeiros incluídos nesta categoria avaliam-se inicialmente pelo seu valor razoável, ajustado pelo valor das comissões e dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição do activo financeiro e que, de acordo com o disposto na Circular 4/2004 do Banco de Espanha de 22 de Dezembro, devam imputar-se à conta de perdas e ganhos mediante a aplicação do método da taxa de juros efectiva até ao seu vencimento. Posteriormente à sua aquisição, os activos incluídos nesta categoria avaliam-se pelo seu custo amortizado.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

Os juros liquidados por estes valores, calculados mediante a aplicação da taxa de juro efectiva, registam-se no capítulo “Juros e receitas similares” das contas de perdas e ganhos. As perdas por deterioração destes valores registam-se de acordo com o disposto na Nota 2.4.

- **Passivos financeiros a custo amortizado:** nesta categoria incluem-se os passivos financeiros que constam registados no balanço de situação. Inclui fundamentalmente os empréstimos e créditos recebidos pela Sociedade.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria avaliam-se inicialmente pelo seu valor razoável ajustado pelo valor dos custos de transacção directamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro, que se imputam na conta de perdas e ganhos mediante a aplicação do método da taxa de juro efectiva definido na Circular 4/2004 do Banco de Espanha de 22 de Dezembro, até ao seu vencimento. Posteriormente, avaliam-se pelo seu custo amortizado, calculado mediante a aplicação do método da taxa de juro efectiva definido na Circular 4/2004 do Banco de Espanha de 22 de Dezembro.

Os juros liquidados por estes valores, calculados mediante a aplicação do método da taxa de juro efectiva, registam-se no capítulo “Juros e despesas similares” das contas de perdas e ganhos.

2.2 Reconhecimento de receitas e despesas

Seguidamente, resumem-se os critérios contabilísticos mais significativos utilizados pela Sociedade para o reconhecimento das suas receitas e despesas:

2.2.1 Receitas e despesas por juros e conceitos similares

Em geral, as receitas e despesas por juros e conceitos similares reconhecem-se contabilisticamente em função do seu período de liquidação, por aplicação do método de juro efectivo definido na Circular 4/2004 do Banco de Espanha de 22 de Dezembro.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

2.2.2. Comissões, honorários e conceitos similares

As receitas e despesas a título de comissões e honorários e conceitos similares, que não devam formar parte do cálculo da taxa de juro efectiva das operações e/ou que não formam parte do custo de aquisição dos activos e passivos financeiros diferentes dos classificados como por valor razoável com alteração de perdas e ganhos, reconhecem-se na conta de perdas e ganhos com critérios diferentes, segundo a sua natureza. Os mais significativos são:

- Os vinculados à aquisição de activos e passivos financeiros avaliados a valor razoável com alterações em perdas e ganhos, reconhecem-se na conta de resultados no momento do seu pagamento ou cobrança.
- Os que têm a sua origem em transformações ou serviços que se prolongam no tempo, contabilizam-se na conta de resultados durante a vida de tais transacções ou serviços.
- Os que respondem à prestação de um serviço que se executa num acto singular, imputam-se na conta de resultados quando se produz o acto singular que os origina.

2.2.3 Receitas e despesas não financeiras

Reconhecem-se contabilisticamente de acordo com o critério de liquidação.

2.2.4 Cobranças e pagamentos diferidos no tempo

Reconhecem-se contabilisticamente pelo valor que resulta de actualizar financeiramente, a taxas de mercado, os fluxos de efectivo previstos.

2.3 Compensações de saldos

Nos exercícios de 2012 e 2011 não se realizam compensações de saldos por não terem existido, em tais exercícios, transacções que dêem lugar à possibilidade de efectuar tais compensações.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

2.4 Deterioração do valor dos activos financeiros

Um activo financeiro considera-se deteriorado (e, conseqüentemente, corrige-se o seu valor em livros para reflectir o efeito da sua deterioração) quando existe uma prova objectiva de que se produziram eventos que dão lugar a:

- Um impacto negativo nos fluxos de efectivo futuros que se calcularam no momento da formalização da transacção, no caso de instrumentos de dívida (créditos e valores representativos da dívida).
- Que não possa recuperar-se integralmente o seu valor em livros.

Como critério geral, a correcção de valores em livros dos instrumentos financeiros por causa da sua deterioração, efectua-se por lançamento à conta de perdas e ganhos do exercício em que a deterioração se manifesta. As recuperações das perdas por deterioração previamente registadas, caso se venham a produzir, reconhecem-se na conta de perdas e ganhos do exercício em que a deterioração se elimina ou se reduz.

Quando se considera remota a recuperação de qualquer valor registado, este elimina-se do balanço de situação, sem prejuízo das actuações que a Sociedade possa levar a cabo para tentar a sua cobrança enquanto não se tenham extinguido definitivamente os seus direitos; seja por prescrição, condenação ou outras causas.

Seguidamente, apresentam-se os critérios aplicados pela Sociedade para determinar as possíveis perdas por deterioração dos instrumentos de dívida, avaliados pelo seu custo amortizado.

No que se refere especificamente às perdas por deterioração que têm origem na materialização do risco de insolvência dos obrigados ao pagamento (risco de crédito), um instrumento de dívida sofre deterioração por insolvência:

- Quando se evidencia uma perda na capacidade de pagamento do obrigado a fazê-lo, seja pela manifestação de mora ou por razões distintas desta e/ou
- Por materialização do “risco-país”, entendendo-se por tal o risco que ocorre nos devedores residentes num país, por circunstâncias diferentes do risco comercial habitual.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

O processo de avaliação das possíveis perdas por deterioração destes activos leva-se a cabo:

- Individualmente: para todos os instrumentos de dívida significativos e para os que, não sendo significativos, não são susceptíveis de ser classificados em grupos homogéneos de instrumentos de características similares, atendendo ao tipo de instrumento, sector de actividade do devedor e área geográfica da sua actividade, tipo de garantia, antiguidade dos valores vencidos, etc.
- Colectivamente: a Sociedade estabelece diferentes classificações das operações tendo em atenção a natureza dos obrigados ao pagamento e as condições do país em que residem, a situação da operação e o tipo de garantia com que conta, antiguidade da mora, etc., e fixa para cada um destes grupos de risco, as perdas por deterioração (“perdas identificadas”) que são reconhecidas nas contas anuais.

Adicionalmente às perdas identificadas, a Sociedade reconhece uma perda global por deterioração dos riscos classificados em situação de “normalidade” e que, portanto, não tenham sido identificados especificamente. Esta perda quantifica-se por aplicação dos parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha com base na sua experiência e com base na informação que tem do sector bancário espanhol, que se modificam quando as circunstâncias o aconselham.

2.5 Garantias financeiras e provisões constituídas sobre as mesmas.

Consideram-se “garantias financeiras” os contratos pelos quais uma entidade se obriga a pagar quantias concretas por conta de um terceiro, caso este não o faça; independentemente da forma em que esteja instrumentada a obrigação: fiança, aval financeiro ou técnico, crédito documentário irrevogável emitido ou confirmado pela entidade, etc.

As garantias financeiras, independentemente do seu titular, instrumentação ou outras circunstâncias, analisam-se periodicamente com o objecto de determinar o risco de crédito a que estão expostas e, se for o caso, calcular as necessidades de constituição de provisão para elas; o que se determina por aplicação de critérios similares aos estabelecidos para quantificar as perdas por deterioração sofridas pelos instrumentos de dívida avaliados pelo seu custo de amortização, tal como se explicou na Nota 2.4 anterior.

As provisões constituídas para estas operações registam-se na epígrafe “Provisões – Provisões para riscos e compromissos contingentes” do passivo do balanço de situação. A dotação e recuperação de tais provisões efectua-se com contrapartida no capítulo “Dotações para provisões (líquido)” das contas de perdas e ganhos.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Nos casos em que seja necessária a dotação de uma provisão para estas garantias financeiras, as comissões pendentes de liquidação associadas a estas operações, que se encontram registadas no capítulo “Resto de passivos - Periodificações” do balanço de situação, são reclassificadas na correspondente provisão.

2.6 Contabilização das operações de locação

2.6.1 Locações financeiras

Consideram-se operações de locação financeira aquelas em que substancialmente todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem objecto da locação se transferem para o locatário.

Quando a Sociedade actua como locadora de um bem numa operação de locação financeira, a soma dos valores actuais das quantias que receberá do locatário, mais o valor residual garantido, habitualmente o preço de exercício da opção de compra pelo locatário no final do contrato, regista-se como um financiamento prestado a terceiros, pelo que se inclui no capítulo “Investimentos Creditícios” do balanço de situação, de acordo com a natureza do locatário.

As receitas financeiras com origem nestes contratos lançam-se na conta de perdas e ganhos no capítulo “Juros e rendimentos similares” aplicando-se, para calcular a sua liquidação, o método da taxa de juro efectiva das operações, calculado de acordo com o disposto na Circular 4/2004 do Banco de Espanha de 22 de Dezembro.

Como critério geral, a correcção do valor em livros das locações financeiras por causa da sua deterioração, efectua-se lançando-se na conta de perdas e ganhos do período em que tal deterioração se manifesta e as recuperações das perdas por deterioração previamente registadas, caso se venham a produzir, reconhecem-se na conta de perdas e ganhos do período em que a deterioração se elimina ou se reduz, segundo o critério detalhado na Nota 2.4.

2.6.2 Locações operativas

Nas operações de locação operativa, a propriedade do bem locado e, substancialmente, todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem, permanecem no locador.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Quando a Sociedade actua como locadora em operações de locação operativa, o custo de aquisição dos bens locados regista-se no capítulo “Activo Material” dos balanços de situação, seja na epígrafe “Investimentos imobiliários” seja na epígrafe “De uso próprio - Outros activos cedidos em locação operativa”, dependendo da natureza dos activos objecto da locação. Estes activos amortizam-se de acordo com as políticas adoptadas para os activos materiais similares de uso próprio. As receitas procedentes dos contratos de locação reconhecem-se de forma linear no capítulo “Outros produtos de exploração” das contas de perdas e ganhos.

Quando a Sociedade actua como locatária em operações de locação operativa, as despesas da locação, incluindo os incentivos concedidos, se for o caso, pelo locador, registam-se linearmente no capítulo “Outras despesas gerais de administração” das contas de perdas e ganhos. As despesas pagas e não liquidadas registam-se no capítulo “Restos de Activos - Periodificações” dos balanços de situação.

2.7 Despesas de pessoal

A Sociedade não tem assumido nenhum compromisso com o seu pessoal, em relação à constituição ou complementos de fundos de pensões.

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade está obrigada a indemnizar os empregados que sejam despedidos sem justa causa. Não existe nenhum plano de redução de pessoal que torne necessária a dotação de uma provisão para este efeito.

2.8 Imposto sobre Sociedades

A despesa por Imposto sobre Sociedades de cada exercício reconhece-se nas contas de perdas e ganhos, excepto quando seja consequência de uma transacção cujos resultados se registem directamente no património líquido, em cujo caso, o Imposto sobre Lucros se regista igualmente no património líquido.

A despesa por Imposto sobre Sociedades do exercício calcula-se como o imposto a pagar, tendo em consideração o resultado fiscal do exercício, ajustado pelo valor das variações produzidas durante o exercício nos activos e passivos registados, derivados de diferenças temporárias, dos créditos por deduções e bonificações fiscais e das bases colectáveis negativas (ver Nota 14).

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

A Sociedade considera que existe uma diferença temporária quando existe uma diferença entre o valor em livros e a base fiscal de um elemento patrimonial. Considera-se como base fiscal de um elemento patrimonial o valor atribuído ao mesmo para efeitos fiscais. Considera-se uma diferença temporária colectável a que gerará no futuro a obrigação para a Sociedade de realizar algum pagamento à Administração. Considera-se uma diferença temporária dedutível a que gerará para a Sociedade algum direito de reembolso ou algum pagamento inferior a efectuar à Administração no futuro.

Os créditos por deduções e bonificações, bem como os créditos por bases colectáveis negativas são valores que, tendo-se produzido ou realizado a actividade ou obtido o resultado para gerar o seu direito, não se aplicam fiscalmente na declaração correspondente até ao cumprimento das condicionantes estabelecidas na normativa tributária própria, considerando-se provável a sua aplicação em exercícios futuros.

Consideram-se activos e passivos por impostos correntes, os impostos que se prevêem recuperáveis ou pagáveis à Administração, respectivamente, num prazo que não excede 12 meses sobre a data do seu registo. Por outro lado, consideram-se activos e passivos por impostos diferidos, aqueles valores que se espera recuperar ou pagar, respectivamente, da Administração em exercícios futuros.

Reconhecem-se passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias colectáveis.

Por outro lado, a Sociedade só regista activos por impostos diferidos com origem em diferenças temporárias dedutíveis, em créditos por deduções ou bonificações ou pela existência de bases colectáveis negativas, caso se considere provável que a Sociedade venha a ter ganhos fiscais suficientes no futuro, comparando com os que pode fazer efectivos.

Não se registam activos nem passivos com origem em impostos diferidos, quando inicialmente se registre um elemento patrimonial que não surja numa combinação de negócios e que, no momento do seu registo, não tenha afectado o resultado contabilístico nem o fiscal.

Por ocasião de cada encerramento contabilístico, revisam-se os impostos diferidos registados (tanto activos como passivos), com o objectivo de comprovar se se mantêm vigentes, efectuando-se as oportunas correcções aos mesmos, de acordo com os resultados das análises realizadas.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Os preços de transferência estão adequadamente apoiados, pelo que os Administradores da Sociedade consideram que não existem riscos significativos por este aspecto e dos quais possam derivar passivos consideráveis no futuro.

2.9 Activos corpóreos

2.9.1 Activo corpóreo de uso próprio

O imobilizado de uso próprio inclui os activos, em propriedade ou adquiridos em regime de locação financeira, que a Sociedade tem para seu uso actual ou futuro com propósitos administrativos ou para a produção ou aplicação de bens e serviços e que se espera sejam utilizados durante mais do que um exercício económico. Entre outros, incluem-se nesta categoria os activos corpóreos recebidos pela Sociedade para a liquidação, total ou parcial, de activos financeiros que representam direitos de cobrança perante terceiros e os que se prevê dar-lhes um uso continuado e próprio. O imobilizado corpóreo de uso próprio apresenta-se avaliado pelo seu preço de aquisição, entendendo-se por tal o valor razoável de qualquer contraprestação entregue, mais o conjunto de pagamentos monetários realizados ou comprometidos, menos:

- A correspondente amortização acumulada e
- Se for o caso, as perdas calculadas que resultam da comparação entre o valor líquido de cada partida, com o correspondente valor recuperável.

A amortização calcula-se aplicando-se o método linear sobre o preço de aquisição dos activos, menos o seu valor residual; entende-se que os terrenos sobre que assentam os edifícios e outras construções têm uma vida indefinida e que, portanto, não são objecto de amortização.

As dotações anuais efectuadas a título de amortização dos activos corpóreos, realizam-se com contrapartida na epígrafe “Amortização – Activo corpóreo” das contas de perdas e ganhos e, basicamente, equivalem às percentagens de amortização seguintes (determinados em função dos anos da vida útil calculada, em média, dos diferentes elementos):

	<u>Coefficiente Anual de Amortização</u>
Imóveis de uso próprio	2 %
Outro imobilizado	10% a 25%

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

Por ocasião de cada fecho contabilístico, a Sociedade analisa se existem indícios, tanto internos como externos, de que o valor líquido dos elementos do seu activo corpóreo exceda o correspondente valor recuperável e, se for o caso, reduz-se o valor em livros do activo de que se trate, até ao seu valor recuperável. Simultaneamente, ajustam-se os encargos futuros a título de amortização, em proporção ao seu valor em livros ajustado à sua nova vida útil remanescente, caso seja necessário um cálculo da mesma, dotando-se a correspondente perda por deterioração, imputando-se na epígrafe “Perdas por deterioração do resto de activos (líquido) – Activo corpóreo” das contas de perdas e ganhos.

De forma similar, quando existem indícios de que o valor de um activo corpóreo deteriorado se recuperou, a Sociedade regista a reversão da perda por deterioração contabilizada em perdas anteriores, lançando-se na epígrafe “Perdas por deterioração do resto de activos (líquido) – Activo corpóreo” das contas de perdas e ganhos, ajustando-se, conseqüentemente, os encargos futuros a título de amortização. Em caso algum, a reversão da perda por deterioração de um activo pode significar o aumento do seu valor em livros acima do que teria se não tivessem sido reconhecidas as perdas por deterioração em exercícios anteriores.

Apesar disso, pelo menos com uma periodicidade anual, procede-se à revisão da vida útil dos elementos do imobilizado corpóreo de uso próprio, com o objectivo de detectar alterações significativas nas mesmas que, caso ocorram, se ajustam mediante a correspondente correcção da dotação, lançada nas contas de perdas e ganhos de exercícios futuros.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

As despesas de conservação e manutenção dos activos corpóreos de uso próprio lançam-se nos resultados do exercício em que ocorrem, no capítulo “Outras despesas gerais de administração” das contas de perdas e ganhos. Os custos financeiros ocorridos em consequência do financiamento dos elementos do imobilizado corpóreo de uso próprio são lançados na conta de resultados no momento da sua liquidação, não fazendo parte do seu custo de aquisição.

2.9.2 Investimentos imobiliários

A epígrafe “Activo corpóreo – Investimentos imobiliários” dos balanços de situação, recolhe os valores líquidos dos terrenos, edifícios e outras construções que se conservam, seja para exploração em regime de locação, seja para obter uma mais-valia na sua venda em consequência dos aumentos que se produzam no futuro nos seus respectivos preços de mercado.

Os critérios aplicados para o reconhecimento do custo de aquisição dos investimentos imobiliários, para a sua amortização, para cálculo das respectivas vidas úteis e para o registo das suas possíveis perdas por deterioração, coincidem com os descritos em relação aos activos corpóreos de uso próprio (v. Nota 2.9.1).

2.9.3 Outros activos cedidos em locação operativa

A epígrafe “Activo corpóreo – Outros activos cedidos em locação operativa” do balanço de situação, recolhe os valores líquidos contabilísticos dos activos materiais, diferentes dos terrenos e dos imóveis que tenham sido cedidos pela Sociedade em locação operativa.

Os critérios aplicados para o reconhecimento do custo de aquisição dos activos cedidos em arrendamento e para registo das suas possíveis perdas por deterioração, coincidem com os descritos em relação aos activos corpóreos de uso próprio (ver Nota 2.9.1)

Estes activos amortizam-se de acordo com as políticas adoptadas para os activos corpóreos similares de uso próprio.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

2.10 Activos incorpóreos

Consideram-se activos incorpóreos, os activos não monetários identificáveis, mesmo sem aparência física, que surgem em consequência de um negócio jurídico ou que tenham sido desenvolvidos internamente pela Sociedade. Só se reconhecem contabilisticamente, os activos incorpóreos cujo custo possa ser calculado de forma razoavelmente objectiva e com os quais a Sociedade calcula como provável obter, no futuro, benefícios económicos.

Os activos incorpóreos reconhecem-se inicialmente pelo seu custo de aquisição ou de produção e, posteriormente, avaliam-se pelo seu custo, menos – se for o caso – a correspondente amortização acumulada e as perdas por deterioração que tenham sofrido.

Os activos incorpóreos amortizam-se em função da sua vida útil, aplicando-se critérios similares aos adoptados para a amortização dos activos corpóreos. A amortização anual dos elementos do imobilizado incorpóreo regista-se na epígrafe “Amortização – Activo incorpóreo” das contas de perdas e ganhos.

A Sociedade reconhece contabilisticamente qualquer perda que se possa ter produzido no valor registado destes activos com origem na sua deterioração, utilizando como contrapartida a epígrafe “Perdas por deterioração do resto de activos (líquido) – Outros activos incorpóreos” das contas de perdas e ganhos. Os critérios para o reconhecimento das perdas por deterioração destes activos e, se for o caso, das recuperações das perdas por deterioração registadas nos exercícios anteriores são similares aos aplicados para os activos corpóreos de uso próprio (Nota 2.9.1).

Este capítulo do balanço de situação recolhe os pagamentos efectuados a terceiros pela aquisição e elaboração de programas informáticos para a Sociedade, líquidos da sua amortização acumulada. Estes activos amortizam-se linearmente num período máximo de 3 anos.

2.11 Provisões

As provisões são obrigações presentes da Sociedade, surgidas em consequência de acontecimentos passados, dos quais podem derivar prejuízos patrimoniais para a Sociedade, que se consideram prováveis quanto à sua ocorrência e concretos quanto à sua natureza, mas indeterminados quanto ao seu valor e/ou momento de cancelamento.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

As contas anuais da Sociedade recolhem todas as provisões significativas, a respeito das quais se calcula que a probabilidade de que se tenha de cumprir a obrigação é maior do que a contrária. Os passivos contingentes não se reconhecem nas contas anuais mas, caso existam, informa-se sobre os mesmos na memória.

As provisões, que se quantificam tendo em consideração a melhor informação disponível sobre as consequências do acontecimento em que têm origem e são calculadas por ocasião de cada fecho de exercício, utilizam-se para enfrentar as obrigações específicas para que foram originariamente reconhecidas; procedendo-se à sua reversão, total ou parcial, quando tais obrigações deixem de existir ou diminuíam.

A contabilização das provisões que se consideram necessárias de acordo com os critérios anteriores, registam-se no capítulo “Dotações para provisões (líquido)” das contas de perdas e ganhos.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 encontravam-se em curso diferentes procedimentos judiciais e reclamações iniciadas contra a Sociedade, com origem no desenvolvimento habitual das suas actividades. Tanto os assessores legais da Sociedade como os seus Administradores entendem que a conclusão destes procedimentos e reclamações não terá um efeito significativo nas contas anuais.

2.12 Activos não correntes em venda

O capítulo “Activos não correntes em venda” recolhe o valor em livros das verbas individuais ou integradas num conjunto (“grupo de disposição”) ou que faziam parte de uma unidade de negócio que se pretende alienar (“operações em interrupção”), cuja venda era altamente provável que tivesse lugar, nas condições em que tais activos se encontrassem, no prazo de um ano a contar da data a que se referem as contas anuais.

Portanto, a recuperação do valor em livros destas verbas, que podem ser de natureza financeira e não financeira, previsivelmente terá lugar através do preço que se obtenha na sua alienação, em vez do seu uso continuado.

Concretamente, os activos imobiliários ou outros não correntes recebidos pela Sociedade para a satisfação, total ou parcial, das obrigações de pagamento dos seus devedores, consideram-se activos não correntes em venda; excepto se a Sociedade tiver decidido fazer uso continuado desses activos.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Em geral, os activos classificados como activos não correntes em venda, avaliam-se pelo menor valor entre o seu valor em livros no momento em que são considerados como tais e o seu valor razoável, líquido dos seus custos de venda previstos. Enquanto permanecem classificados nesta categoria, os activos materiais e incorpóreos amortizáveis por natureza não se amortizam.

Caso o valor em livros destes activos exceda o seu valor razoável, líquidos dos seus custos de venda, o Banco ajusta o referido valor em livros, com contrapartida na epígrafe “Perdas por deterioração do resto de activos (líquido) – Activos não correntes em venda” da conta de perdas e ganhos. Caso posteriormente se produzam incrementos no valor razoável dos activos, a Entidade reverte as perdas contabilizadas, aumentando o seu valor em livros com o limite do valor pelo qual figuravam registados contabilisticamente anteriormente à sua deterioração, com contrapartida na epígrafe “Perdas por deterioração do resto de activos (líquido) – Activos não correntes em venda” da conta de perdas e ganhos.

O saldo deste capítulo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é zero.

2.13 Transacções em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sociedade é o euro. Portanto, a Sociedade não opera com outra moeda.

2.14. Estado de receitas e despesas reconhecidas.

Nesta parte do estado de alterações no património líquido apresentam-se as receitas e despesas geradas pela Sociedade em consequência da sua actividade durante o exercício, distinguindo os registados como resultados na conta de perdas e ganhos do exercício das outras receitas e despesas registadas, de acordo com o disposto na normativa vigente, directamente no património líquido.

Portanto, neste estado apresenta-se:

- O resultado do exercício.
- O valor líquido das receitas e despesas reconhecidas transitoriamente como ajustamentos por valoração no património líquido.
- O valor líquido das receitas e despesas reconhecidas definitivamente no património líquido.
- O imposto sobre os lucros liquidado pelos conceitos indicados nos dois parágrafos anteriores.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

- O total das receitas e despesas reconhecidas, calculados como a soma dos parágrafos anteriores.

As variações registadas nas receitas e despesas reconhecidas no património líquido como ajustamentos por valoração discriminam-se em:

- Receitas / (perdas) por valoração: reflecte o valor das receitas, líquidas das despesas originadas no exercício, reconhecidas directamente no património líquido. Os valores reconhecidos no exercício nesta rubrica mantêm-se nesta rubrica, mesmo que no mesmo exercício se trespassem para a conta de perdas e ganhos, pelo valor inicial de outros activos e passivos ou se reclassifiquem noutra rubrica.
- Valores transferidos para a conta de perdas e ganhos: reflecte o valor dos ganhos ou perdas por valoração reconhecidas previamente no património líquido, mesmo que seja no mesmo exercício, que se reconhecem na conta de perdas e ganhos.
- Valor transferido para o valor inicial das rubricas cobertas: reflecte o valor dos ganhos ou perdas por valoração reconhecidas previamente no património líquido, mesmo que seja no mesmo exercício, que se reconheçam no valor inicial dos activos ou passivos em consequência de coberturas de fluxos de efectivo.
- Outras reclassificações: reflecte o valor dos trespases realizados no exercício entre rubricas de ajustamentos por valoração, conforme os critérios estabelecidos na normativa vigente.

2.15. Estado de alterações no património líquido.

Nesta parte do estado de alterações no património líquido apresentam-se todas as variações ocorridas no património líquido, incluindo os que têm a sua origem em alterações dos critérios contabilísticos e em correcções de erros. Este estado mostra portanto, uma conciliação do valor em livros no início e no final do exercício de todas as rubricas que formam o património líquido, agrupando os movimentos havidos em função da sua natureza nas seguintes rubricas:

- Ajustamentos por alterações em critérios contabilísticos e correcção de erros: que inclui as variações no património líquido que surgem em consequência da re-expressão retroactiva dos saldos dos estados financeiros com origem em alterações nos critérios contabilísticos ou na correcção de erros.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

- Receitas e despesas reconhecidas no exercício: recolhe, de forma agregada, o total das rubricas registadas no estado de Receitas e Despesas reconhecidas, anteriormente indicadas.
- Outras variações no património líquido: recolhe o resto de rubricas registadas no património líquido, tais como aumentos ou diminuições do fundo de dotação, distribuição de resultados, operações com instrumentos de capital próprios, pagamentos com instrumentos de capital, trespasses entre rubrica do património líquido e qualquer outro aumento ou diminuição do património líquido.

2.16 Estados de fluxos de efectivo

Nos estados de fluxos de efectivo, utilizam-se as seguintes expressões com os seguintes sentidos:

- Fluxos de efectivo: entradas e saídas de dinheiro em numerário e de seus equivalentes, entendendo-se por estes os investimentos a curto prazo de grande liquidez e baixo risco de alterações do seu valor.
- Actividades de exploração: actividades típicas das entidades de crédito, bem como outras actividades que não podem ser classificadas como de investimento ou de financiamento.
- Actividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de activos a longo prazo e outros investimentos não incluídos no efectivo e seus equivalentes.
- Actividades de financiamento: actividades que produzem alterações no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não formam parte das actividades de exploração.

Para efeitos da elaboração do estado de fluxos de efectivo, consideraram-se como “efectivo e equivalentes de efectivo” os investimentos a curto prazo de grande liquidez e com baixo risco de alterações no seu valor. Desta forma, a Sociedade considera efectivo ou equivalentes de efectivo, os activos registados no capítulo “Caixa e depósitos em Bancos Centrais” dos balanços de situação.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

3. Distribuição dos resultados da Sociedade

A proposta de distribuição do lucro líquido do exercício de 2012 que o Conselho de Administração submeterá à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, bem como a distribuição do exercício de 2011 aprovada pela Assembleia Geral de Accionistas de 29 de Junho de 2012, são as seguintes:

	2012	2011
	Proposta	Aprovada
Resultado do exercício	2265	2116
Reservas Voluntárias	2038	1904
Reserva legal	227	212
	2265	2116

4. Informação por segmentos

4.1 Segmentação por linhas de negócio

O negócio fundamental da Sociedade é o crédito ao consumo, sem que existam outras linhas de negócio significativas que requeiram, conforme a normativa, que a Sociedade segmente e gire a sua operação em diferentes linhas de negócio.

4.2 Segmentação por âmbito geográfico

A Sociedade desenvolve a sua actividade, praticamente na sua totalidade, no território nacional, sendo a tipologia da clientela similar em todo o citado território, considerando-se um único segmento geográfico para toda a sua operativa.

5. Retribuições do Conselho de Administração e da Alta Direcção

5.1 Remuneração do Conselho de Administração

Durante os exercícios de 2012 e 2011 a Sociedade não liquidou nenhum tipo de remuneração a favor dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, excepto as descritas na Nota 5.2.

O Conselho de Administração compõe-se de seis homens a 31 de Dezembro de 2012 e cinco homens a 31 de Dezembro de 2011.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

5.2 Remunerações da Alta Direcção

Considera-se como pessoal da Alta Direcção o Director Geral (simultaneamente Membro do Conselho de Administração) da Sociedade. No quadro seguinte, mostram-se as remunerações liquidadas a favor do membro da Alta Direcção da Sociedade nos exercícios de 2012 e 2011:

	2012	2011
Alta Direcção	85	85

Estes valores incluem todos os conceitos retributivos, fixos e variáveis, incluindo antiguidade, recebidos nos dois exercícios. Não se liquidou nenhum outro tipo de remuneração a favor da Alta Direcção.

5.3 Outras operações realizadas com os membros do Conselho de Administração e com a Alta Direcção

Os riscos directos mantidos pela Sociedade com a Alta Direcção e com os membros do Conselho de Administração no fecho dos exercícios de 2012 e 2011, a título de créditos ascendem a 4 milhares de euros (11 milhares de euros em 2011) e a título de antecipações no valor de 14 milhares de euros (21 milhares em 2011), não existindo posições de passivo, nem avais prestados em nenhum dos dois exercícios.

Em todos os casos, as operações que dão lugar a estes saldos, foram concedidas em condições de mercado.

Adicionalmente, no fecho do exercício de 2012 e 2011, não existiam obrigações contraídas pela Sociedade em matéria de pensões e seguros de vida, nem compromissos de qualquer natureza por garantia ou avais com os membros anteriores e actuais do seu Conselho de Administração.

5.4 Detalhe de participações em sociedades com actividades similares ou análogas e realização por conta própria ou alheia de actividades similares por parte de Administradores

O Artigo 229º da Lei de Sociedades de Capital, aprovada pelo Real Decreto Legislativo 1/2010 de 2 de Julho, impõe aos Administradores o dever de comunicar ao Conselho de Administração e, na sua falta, aos outros Administradores ou, no caso de Administrador Único, à Assembleia Geral, qualquer situação de conflito directo ou indirecto que possam ter com o interesse da Sociedade. O Administrador afectado deverá abster-se de intervir nas deliberações ou decisões relativas à operação a que o conflito se refira.

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

De igual forma, os Administradores devem comunicar a participação directa ou indirecta que, tanto eles como as pessoas a eles vinculadas, tenham no capital de uma sociedade com o mesmo, análogo ou complementar género de actividade ao que constitua o objecto social e comunicarão igualmente os cargos ou as funções que nela exerçam.

Em cumprimento do estabelecido nos Artigos 229 e 230º da Lei de Sociedades de Capital, referentes às situações de conflito de interesses e proibição de concorrência, os Administradores declaram que, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não se encontravam em nenhuma situação de conflito de interesse directo ou indirecto com o interesse de Pastor Servicios Financieros, E.F.C., SA (Sociedade Unipessoal).

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 tinham as seguintes participações directas ou indirectas no capital de uma sociedade com o mesmo, análogo ou complementar género de actividade que constitui o objecto social da Pastor Servicios Financieros, E.F.C., SA (Sociedade Unipessoal), bem como os cargos ou funções que nelas exercem naquelas datas:

2012				
Titular	Sociedade Participada	Actividade	Número de acções/% participação	Funções
José M. Saenz García	Banco Popular Español, SA	Banca	76.860	Interventor Adjunto Director de
Angel Rivera Congosto	Banco Popular Español, SA	Banca	0,002%	Negócio
Angel Rivera Congosto	Popular Banca Privada, SA	Banca		- Conselheiro
Angel Rivera Congosto	Popular de Factoring,EFC SA	Banca		- Conselheiro
Angel Rivera Congosto	Pastor Vida, SA	Seguros		- Presidente
Angel Rivera Congosto	Targobank, SA	Banca		- Conselheiro
José Manuel Piñeiro Becerra	Banco Popular Español, SA	Banca	<0,001%	Sub-Director Geral
José Manuel Piñeiro Becerra	Allianz Popular Vida, Compañía de Seguros e Reseguros, SA	Banca		- Conselheiro
José Manuel Piñeiro Becerra	Allianz Popular Pensiones, E.G.F.P., SA	Pensões		- Conselheiro
José Manuel Piñeiro Becerra	Popular Gestión, S.G.I.I.C., SA	Activos		- Conselheiro
José Manuel Piñeiro Becerra	Popular de Mediación, SA	Seguros		- Conselheiro
Joaquim Ariza Robles	Bancopopular-e, SA	Banca		- Director Geral
Joaquim Ariza Robles	Iberia Cards, EFC, SA	Meios de pagamento		- Conselheiro
José Carlos Souto Rodríguez	Banco Popular Español, SA	Banca	7629	-
Carlos Docampo Bello	Banco Popular Español, SA	Banca	44.496	Director Oficinadirecta.com

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

			2011	
Titular	Sociedade Participada	Actividade	Número de	Funções
			Acções	Funções
José M. Saenz García	Banco Pastor, SA	Banca	6.860	Director de Intervenção Geral
Amadeu Font Jorba	Banco Pastor, SA	Banca	9.100	Director Geral
Jon Iñaki Ocerin	Banco Pastor, SA	Banca	6.327	Comercial
Jon Iñaki Ocerin	BBVA, SA	Banca	1.352	-
Jose Carlos Souto Rodriguez	Banco Pastor, SA	Banca	1.054	-
Pessoas vinculadas a				
José Carlos Souto Rodriguez	Banco Pastor, SA	Banca	1.054	-
Carlos do CampoBello	Banco Pastor, SA	Banca	3.430	-

No exercício de 2012, nenhuma das pessoas vinculadas aos membros do Conselho de Administração da Sociedade têm participação acionista, nem desempenham cargos no Conselho de Administração ou funções noutras sociedades com objecto social análogo ou complementar, tal como indica o Art. 231 da Lei das Sociedades de Capital.

No exercício de 2011, de acordo com o texto referido anteriormente, a relação das actividades do mesmo, análogo ou complementar género do que constitui o objecto social da Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedade Unipessoal), realizadas por conta própria ou alheia por parte dos diferentes membros do Conselho de Administração, bem como as pessoas a eles vinculadas a que se refere o Artigo 231 da Lei de Sociedades de Capital, é a seguinte:

				2011
Nome e cargo	Actividade Realizada	Tipo de Regime de Prestação da Actividade	Sociedade através da qual a actividade é prestada	Cargos ou funções que se ostentam ou realizam na Sociedade indicada
	Sociedade de Carteira	Conta alheia	Sobrinos de José Pastor, S.A.	Administrador Único, Conselheiro e Vice-Presidente do Conselho de Administração
José M. Saenz García Presidente	Sociedade Emissora Banca e serviços financeiros	Conta alheia	Pastor Participações Preferentes, S.A.	Director Intervenção Geral
	Sociedade Emissora	Conta Alheia	Banco Pastor, SA Pastor Internacional Debt, SA	Vice-Presidente
Amadeu Font Jorba Conselheiro	Comercialização de Seguros	Conta alheia	Pastor Mediación, OBS, SA	Conselheiro
	Banca e serviços financeiros	Conta alheia	Banco Pastor, SA	Director Geral Comercial
	Comercialização de Seguros	Conta alheia	Pastor Vida, SA de Seguros e Reseguros	Conselheiro

6. Depósitos em entidades de crédito

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

A composição do saldo desta epígrafe dos balanços de situação, atendendo à classificação e natureza das operações, indica-se a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Classificação:		
Investimentos creditícios	451.856	404.402
Natureza:		
Contas a prazo (Nota 24)	428.576	395.403
Outras contas	23.280	8.999
	<u>451.856</u>	<u>404.402</u>
Ajustamentos por valoração:		
Juros liquidados (Nota 24)	7.207	6.888
	<u>459.063</u>	<u>411.290</u>

Todos os depósitos incluídos neste capítulo dos balanços de situação estão denominados em euros.

A taxa de juro média dos depósitos nas entidades de crédito a 31 de Dezembro de 2012 era de 6,61% (6,55% a 31 de Dezembro de 2011).

A composição do saldo por área geográfica da epígrafe anterior dos balanços de situação a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Por área geográfica		
Espanha	458.728	411.022
União Europeia (excepto Espanha)	335	268
	<u>459.063</u>	<u>411.290</u>

A 31 de Dezembro de 2012, a entidade mantinha depósitos de garantia de operações financeiras lançados a linhas de crédito de Banco Popular Español, SA, pelo valor de 428.576 milhares de euros. A 31 de Dezembro de 2011, a entidade mantinha depósitos de garantia de operações financeiras lançados a linhas de crédito de Banco Popular Español, SA, pelo valor de 395.403 milhares de euros.

Na epígrafe “Outras Contas” do balanço de situação a 31 de Dezembro de 2012 mantém registados, principalmente, 22.943 milhares de euros (8.733 milhares de euros em 2011) correspondentes a operações relacionadas com o financiamento da construção de navios (Nota 24).

Os juros liquidados contabilizados na conta de perdas e ganhos durante o exercício de 2012 por

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

estas operações ascendem a 28.652 milhares de euros (25.764 milhares de euros em 2011) (Notas 16 e 24).

Na Nota 25 da Memória apresenta-se um detalhe dos prazos de vencimento destes activos no fecho do exercício de 2012 e 2011.

7. Crédito à Clientela

a) Discriminação

A composição do saldo deste capítulo dos balanços de situação, atendendo à sua classificação, é:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Investimentos creditícios	223.836	287.135
Outros activos financeiros	249	262
Ajustamentos por valoração	<u>(10.879)</u>	<u>(13.450)</u>
Total	<u>213.206</u>	<u>273.947</u>

b) Investimentos creditícios e operações de refinanciamento, refinanciadas e

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

reestruturadas:

b.1) Investimentos creditícios

Seguidamente procede-se à discriminação do saldo desta epígrafe, que está composto integralmente em euros, atendendo à modalidade e situação das operações, a área geográfica da sua residência e a modalidade da taxa de juros:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Por modalidade e situação do crédito:	223.836	287.135
Crédito ao consumo e hipotecários	46.745	58.234
Cartão de compras	106.507	98.427
Devedores à vista e vários	426	429
Locações financeiras	63.304	122.569
Activos deteriorados	6.854	7.476
Por sector de actividade do acreditado	223.836	287.135
Sector residente	207.045	275.374
Sector não residente	16.791	11.761
Por área geográfica:	223.836	287.135
Espanha	207.045	275.374
Portugal	16.791	11.761
Por modalidade de taxa de juro:	223.836	287.135
A taxa de juro fixo	218.498	283.392
A taxa de juro variável	5.338	3.743
Ajustamentos por valoração:	(10.671)	(13.230)
Perdas por deterioração	(8.730)	(11.446)
Juros liquidados	1.484	1.364
Prémios / Descontos na aquisição	(434)	(487)
Comissões	(3.492)	(3.286)
Custos de transacção	501	625
	213.165	273.905

A taxa de juro média dos instrumentos de dívida classificados como crédito à clientela a 31 de Dezembro de 2012 era de 6,54% (7,74% em 31 de Dezembro de 2011).

O saldo de investimentos creditícios que se encontram em situação duvidosa ascende a 6.854 milhares de euros e 7.477 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 respectivamente.

Na Nota 25 da Memória apresenta-se um detalhe dos prazos de vencimento destes activos no fecho do exercício de 2012 e 2011.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 não existiam créditos sobre a clientela de duração

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

indeterminada.

A 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Investimentos creditícios – locações financeiras” recolhe 62.684 milhares de euros por operações de locação financeira concedidas pela Sociedade a cinco Agrupamentos de Interesse Económico, ao abrigo de Contratos-Quadro relativos às estruturas de financiamento para a construção de cinco navios, formalizados durante os exercícios de 2010, 2009 e 2007 entre determinados armadores, estaleiros, Agrupamentos de Interesse Económico, a Sociedade e a sua Accionista Única no fecho do exercício, o Banco Popular Español, SA.

A 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica “Investimentos creditícios – locações financeiras” recolhia 119.869 milhares de euros por operações de locação financeira concedidas pela Sociedade a treze Agrupamentos de Interesse Económico, ao abrigo de Contratos-Quadro relativos às estruturas de financiamento para a construção de treze navios, formalizados durante os exercícios de 2011, 2010, 2009, 2008 e 2007 entre determinados armadores, estaleiros, Agrupamentos de Interesse Económico, a Sociedade e a sua Accionista Única no fecho do exercício, o Banco Pastor, SA.

Estas operações de locação financeira geraram rendimentos no valor de 2.832 milhares de euros (9.522 milhares de euros em 2011), que se encontram registados na epígrafe “Juros e rendimentos similares” da Conta de perdas e ganhos junta (Nota 16).

A epígrafe de Investimentos Creditícios – Locações Financeiras registava, por seu turno, um saldo de 2.178 milhares de euros em 2011 correspondente a uma operação de locação financeira de um imóvel, alheia às estruturas de financiamento anteriormente mencionadas.

Adicionalmente, a epígrafe de Investimentos Creditícios – Locações Financeiras apresenta um saldo de 620 milhares de euros (522 milhares de euros em 2011) correspondentes a diversas operações de locação financeira formalizadas pelo estabelecimento permanente em Portugal.

Os bens cedidos em regime de locação financeira registam-se na conta “Locações Financeiras” pelo valor das quotas vincendas, sem incluir os encargos financeiros nem o Imposto sobre o Valor Acrescentado não liquidado, mais o valor residual sobre o qual se poderá efectuar a opção de compra. O valor das quotas vincendas e valores residuais dos contratos em vigor em 31 de Dezembro de 2012 (sem contar com os activos duvidosos), ascendiam a 62.944 e 360 milhares de euros respectivamente (121.975 milhares de euros e 619 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011).

b.2) Operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Com data de 2 de Outubro de 2012, o Banco de España emitiu a Circular 6/2012 sobre as normas de informação de financiamento público e reservado e modelos de estados financeiros, que modifica a Circular 4/2004 de 22 de Dezembro.

Conforme a norma estabelecida na mencionada Circular, detalham-se a seguir os critérios utilizados nas operações de refinanciamento na Sociedade:

Define-se refinanciamento como a operação que se concede por razões económicas ou legais, relacionadas com dificuldades financeiras, actuais ou previsíveis, de pelo menos um dos titulares, para cancelar uma ou várias operações concedidas pela Sociedade, com o fim de facilitar aos titulares o pagamento da dívida.

- Identificação das operações susceptíveis de refinanciamento:
 - Pedido do cliente.
 - Negociação da empresa de recobro que gere a dívida.
 - Negociação da Delegação da Sociedade que tutela a operação.
 - Qualquer outro sinal de alerta detectado.

- Critérios:
 - Existe capacidade e vontade de pagamento por parte do cliente.
 - A operação não implicará uma diminuição das garantias existentes.
 - Será refinanciado todo o risco conjunto do cliente na Sociedade.
 - Antes do refinanciamento, avaliar-se-ão todas as alternativas possíveis.
 - Com a finalidade de adequar a quota resultante da capacidade de pagamento do cliente, poder-se-á ampliar o prazo das operações até um máximo de 10 anos, a contar da data de formalização inicial da operação de refinanciamento.

A 31 de Dezembro de 2012, o detalhe das operações refinanciadas e reestruturadas é o seguinte:

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

	2012						Cobertura específica
	Garantia hipotecária imobiliária plena		Resto de garantias		Sem garantia real		
	Nº de operações	Valor bruto	Nº de operações	Valor bruto	Nº de operações	Valor bruto	
Risco Normal							
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Resto de pessoas colectivas e empresários individuais	-	-	-	-	-	-	-
<i>Dos quais:</i>	-	-	-	-	-	-	-
<i>Financiamento à construção e promoção</i>	-	-	-	-	-	-	-
Resto de pessoas individuais	-	-	-	-	52	232	-
	-	-	-	-	52	232	
Risco Substandard							
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Resto de pessoas colectivas e empresários individuais	-	-	-	-	-	-	-
<i>Dos quais:</i>	-	-	-	-	-	-	-
<i>Financiamento à construção e promoção</i>	-	-	-	-	-	-	-
Resto de pessoas individuais	-	-	-	-	-	-	-
Risco Duvidoso							
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Resto de pessoas colectivas e empresários individuais	-	-	-	-	-	-	-
<i>Dos quais:</i>	-	-	-	-	-	-	-
<i>Financiamento à construção e promoção</i>	-	-	-	-	-	-	-
Resto de pessoas individuais	-	-	-	-	29	118	74
					29	118	74
					81	350	74

c) Outros activos financeiros

Seguidamente, indica-se o detalhe do saldo desta epígrafe a 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	249	262
Fianças dadas em numerário	13	13
Outros conceitos	236	249
Correcções de valor por deterioração	<u>(208)</u>	<u>(220)</u>
Total	<u>41</u>	<u>42</u>

As correcções de valor por deterioração dos exercícios de 2012 e 2011 respondem às provisões registadas pela Sociedade por quotas não pagas correspondentes, maioritariamente, a contratos de renting formalizados com particulares, registadas na rubrica “Outros Conceitos” da epígrafe Crédito à Clientela – Outros activos financeiros do balanço de situação anexo.

d) Ajustamentos por valoração – Perdas por deterioração

De seguida, mostra-se o movimento que se produziu no saldo dos fundos constituídos durante os exercícios de 2012 e 2011, que cobrem as perdas por deterioração dos activos que integram o saldo de “Investimentos Creditícios”:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo no início do exercício	<u>11.446</u>	<u>12.146</u>
Dotações (Aplicações) líquidas lançadas a Resultados	2.400	2.176
Determinadas individualmente	2.524	1.693
Determinadas colectivamente	(124)	483
Fundos Utilizados com impacto em Resultados	-	(28)
Fundos Utilizados sem impacto em Resultados	<u>(5.116)</u>	<u>(2.848)</u>
Saldos no fecho do exercício	<u>8.730</u>	<u>11.446</u>
Dos quais: Determinados individualmente	4.884	7.476
Dos quais: Determinados colectivamente	<u>3.846</u>	<u>3.970</u>

Os activos em suspenso recuperados no exercício de 2012 ascenderam a 841 milhares de euros (797 milhares de euros no exercício de 2011), que se apresentam deduzindo o saldo da epígrafe “Perdas por deterioração de activos -Investimentos creditícios” das contas de perdas e ganhos (Nota 29). No exercício de 2012 e 2011 realizaram-se saneamentos directos, baixando o valor do investimento em instrumentos de dívida pelo valor de 14 e 9 milhares de euros, respectivamente.

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Expressa em milhares de euros)

A seguir mostra-se o movimento do exercício de 2012 e 2011 das perdas por deterioração constituídas sobre os activos que compõem o saldo de “Outros Activos Financeiros”, registadas sob a epígrafe “Perdas por deterioração de activos financeiros – Restos de Activos” das contas de perdas e ganhos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo no início do exercício	<u>220</u>	<u>220</u>
Dotações (Aplicações) líquidas lançadas a Resultados	<u>(12)</u>	<u>-</u>
Saldos no fecho do exercício	<u>208</u>	<u>220</u>

e) Activos deteriorados

De seguida, mostra-se um detalhe dos activos financeiros classificados como investimentos creditícios e considerados como deteriorados por causa do seu risco de crédito em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	<u>31 de Dezembro de 2012</u>			
	<u>Entre 3 e 6 Meses</u>	<u>Entre 6 e 12 Meses</u>	<u>Mais de 12 Meses</u>	<u>Total</u>
Espanha	3.121	1.361	993	5.475
União Europeia (excepto Espanha)	165	250	964	1.379
	<u>1.035</u>	<u>1.228</u>	<u>5.214</u>	<u>7.477</u>

	<u>31 de Dezembro de 2011</u>			
	<u>Entre 3 e 6 Meses</u>	<u>Entre 6 e 12 Meses</u>	<u>Mais de 2 Meses</u>	<u>Total</u>
Espanha	877	1.073	3.935	5.885
União Europeia (excepto Espanha)	158	155	1.279	1.592
	<u>1.035</u>	<u>1.228</u>	<u>5.214</u>	<u>7.477</u>

Adicionalmente, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade tem provisionados 208 milhares de euros e 220 milhares de euros, respectivamente, a título de quotas não pagas correspondentes, maioritariamente, a contratos de renting formalizados com particulares, registadas sob a epígrafe “Credito à Clientela – Outros Activos financeiros” do balanço de situação anexo.

f) Distribuição do crédito à clientela por actividade:

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

A distribuição do crédito à clientela por actividade apresenta-se de seguida, indicando o valor das garantias e a percentagem que representa o valor em livros das operações, relativamente à valoração da garantia:

	TOTAL	Do qual: Garantia imobiliária	Do qual: Resto de garantias reais	Credito com garantia real		Loan to value		
				Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%	Superior a 100%
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Instituições	-	-	-	-	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Soc. não financeiras e empresários individuais	69.787	170	-	170	-	-	-	-
Construção e promoção Imobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção civil	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	69.787	170	-	170	-	-	-	-
Grandes empresas	68.180	-	-	-	-	-	-	-
PME's e empresários individuais	1.607	170	-	170	-	-	-	-
Resto de lares e ISFLSH	147.265	974	-	140	665	119	-	50
Habitacional	3.586	590	-	90	384	66	-	50
Consumo	143.679	384	-	90	384	66	-	50
Outros fins	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	217.052	1.144	-	310	665	119	-	50
Menos: Correções de valor por deterioração de activos não imputadas a operações concretas	3.846							
Total	213.206							
Promemória								
Operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas	276							

8. Activo corpóreo e incorpóreo

O movimento que se produziu no saldo destes capítulos dos balanços de situação, durante os

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

exercícios de 2012 e 2011, foi o seguinte:

	Activo Corpóreo			Activo incorpóreo	
	De Uso Próprio	Investimentos Imobiliários	Outros activos Cedidos em Regime de Arrendamento Operativo	Total	Outro Activo Incorpóreo
CUSTO:					
Saldos a 31 de Dezembro de 2010	2.544	-	528	3.072	1.584
Aumentos	17	-	-	17	37
Retiradas	-	-	(463)	(463)	-
Outros movimentos					
Saldos a 31 de Dezembro de 2011	2.561	-	65	2.626	1.621
Aumentos	4	-	-	4	26
Retiradas	-	-	-	-	-
Saldos a 31 de Dezembro de 2012	2.565	-	65	2.630	1.647
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA:					
Saldos a 31 de Dezembro de 2010	(2.199)	-	(348)	(2.547)	(1.178)
Aumentos	(61)	-	(40)	(101)	(56)
Retiradas	-	-	347	347	-
Saldos a 31 de Dezembro de 2011	(2.260)	-	(41)	(2.301)	(1.234)
Aumentos	(39)	-	-	(39)	(79)
Retiradas	-	-	-	-	-
Saldos a 31 de Dezembro de 2012	(2.299)	-	(41)	(2.340)	(1.313)
PERDAS POR DETERIORAÇÃO					
Saldo líquido a 31 Dezembro 2011	-	-	(24)	(24)	-
Saldo líquido a 31 Dezembro 2012	-	-	(24)	(24)	(243)
SALDO LÍQUIDO					
Saldo líquido a 31 Dezembro 2011	301	-	-	301	387
Saldo líquido a 31 Dezembro 2012	266	-	-	266	91

A política da Sociedade é formalizar apólices de seguro para cobrir os possíveis riscos a que estão sujeitos os diversos elementos do seu imobilizado corpóreo.

Durante o exercício de 2012, os lucros obtidos na alienação de activos corpóreos e incorpóreos ascendem a 60 milhares de euros e os prejuízos foram nulos (22 milhares de euros e 19 milhares de

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

euros, respectivamente no exercício de 2011) (Nota 23).

a) Activo Corpóreo de uso próprio

A discriminação, de acordo com a sua natureza, das rubricas que integram o saldo desta epígrafe dos balanços de situação, é a seguinte:

	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Terrenos e edifícios	254	(55)	199
Outro Imobilizado	2.307	(2.205)	102
Saldos a 31 de Dezembro de 2011	2.561	(2.260)	301
Terrenos e edifícios	254	(59)	195
Outro Imobilizado	2.311	(2.240)	71
Saldos a 31 de Dezembro de 2012	2.565	(2.299)	266

Fazendo parte do saldo líquido a 31 de Dezembro de 2012, que consta do quadro anterior, existem rubricas com um valor de 210 milhares de euros (219 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011), correspondentes ao imobilizado corpóreo propriedade da sucursal de Portugal.

O valor das quotas de locação pagas no exercício de 2012 pelos balcões utilizados pela Sociedade em regime de locação operativa ascendeu a 266 milhares de euros (263 milhares de euros no exercício de 2011) e está registado na epígrafe “Outras despesas gerais de administração” da conta de perdas e ganhos do exercício (Nota 22).

Destas locações, no exercício de 2012, o valor de 115 milhares de euros foi pago à Accionista Única da Sociedade a 31 de Dezembro de 2012, a Banco Popular Español, SA e 89 milhares de euros à Caldelas, Gestão Global de Imóveis, S.L. (que no exercício de 2012 foi absorvida pela sociedade Imobiliária Viagracia, SA, sociedade do Grupo Banco Popular). No exercício de 2011, a título das mencionadas locações, foi pago ao acionista Único da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011, Banco Pastor, SA a quantia de 27 milhares de euros e 177 milhares de euros à Caldelas, Gestão Global de Imóveis, SL (sociedade pertencente ao Grupo Banco Pastor no exercício de 2011 (Nota 24).

A 31 de Dezembro de 2012 a Sociedade tinha elementos em uso totalmente amortizados num valor de 2.107 milhares de euros (2.058 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2011), discriminados

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Mobiliário	558	544
Instalações	919	912
Equipamentos de processo de informação	630	603
	<u>2.107</u>	<u>2.058</u>

b) Investimentos imobiliários

Não existem investimentos imobiliários no exercício de 2012 e 2011.

c) Outros activos cedidos em regime de locação operativa

No exercício de 1998 a Sociedade formalizou um acordo com a sociedade Mantenimiento Gestión de Renting y Administración de Flotas, S.A.. Mediante este acordo, a Sociedade começou a exercer como intermediária na contratação de veículos na modalidade de renting, realizando a captação de clientes e obrigando-se a ficar com a propriedade dos veículos. Por seu turno, a Mantenimiento Gestión de Renting y Administración de Flotas, S.A. comprometeu-se a fazer a gestão administrativa dos mesmos sob a marca comercial "Pastor Renting Automoción". O presente acordo tem uma vigência indefinida.

A rubrica Outros Activos cedidos em regime de locação operativa apresenta um saldo nulo a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011.

d) Outro activo incorpóreo

O valor líquido dos activos incorpóreos da Sociedade compunha-se, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, integralmente por aplicações informáticas.

A 31 de Dezembro de 2012, a Sociedade tinha elementos de activo incorpóreo em uso totalmente amortizados, no valor de 1.227 milhares de euros (1.207 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011).

No exercício de 2012, a Sociedade registou uma correcção de valor deste tipo de activos pelo valor de 243 milhares de euros, correspondente a uma nova plataforma de meios de pagamento que estava em desenvolvimento em paralelo com a Banco Pastor, S.A. e que, por causa da fusão por absorção da Banco Popular Español, SA sobre esta última, decidiu-se pela não necessidade de implantação.

9. Resto de activos e resto de passivos

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

A composição do saldo destes capítulos dos balanços de situação é a seguinte:

	Activo		Passivo	
	2012	2011	2012	2011
Fianças dadas em numerário	31	31	-	-
Outros conceitos	36	42	-	-
Outras periodificações	200	219	1.009	670
	267	292	1.009	670

O saldo da rubrica do activo “Outras Periodificações” do balanço de situação a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 corresponde maioritariamente a rubricas derivadas de acordos de rappel estabelecidos com estabelecimentos intermediários e de fabrico de cartões.

O saldo da rubrica do passivo “Outras Periodificações” do balanço de situação a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 corresponde maioritariamente ao volume de rappel liquidado a favor dos estabelecimentos intermediários e não liquidados por parte da Sociedade a 31 de Dezembro de 2012 e 2011. O incremento registado a 31 de Dezembro de 2012 relativamente a 31 de Dezembro de 2011 responde a um maior número de facturas pendentes de receber.

10. Depósitos de entidades de crédito

A composição dos saldos desta epígrafe dos balanços de situação, atendendo aos critérios de classificação, sua contrapartida e natureza, é a seguinte:

	2012	2011
Classificação:		
Passivos financeiros a custo amortizado	588.396	591.468
Contraparte:		
Entidades de crédito	588.396	591.468
Natureza:		
Contas a prazo (Nota 24)	580.486	584.025
Ajustamentos por valorização (Nota 24)	7.910	7.443
Juros liquidados (Nota 24)	7.910	7.443
	588.396	591.468

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Todas as operações estão denominadas em euros.

A taxa de juro médio liquidada pelas contas a prazo foi de 5,48% e 5,71% a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição do saldo desta epígrafe do passivo dos balanços de situação, atendendo à natureza da contraparte, sem considerar os ajustamentos por valorização, é a seguinte:

	2012		2011	
	Capital ou Limite	Dívida Pendente	Capital ou Limite	Dívida Pendente
Empréstimos:				
Sociedade dominante do Grupo (*)	88.385	88.385	98.908	98.908
Apólices de crédito:				
Sociedade dominante do Grupo (*)	807.582	492.101	902.953	485.117
	895.967	580.486	1.001.861	584.025

(*) A Sociedade dominante do Grupo é Banco Popular Español, SA no fecho do exercício de 2012 e Banco Pastor, SA no fecho do exercício de 2011, de acordo com o referido na Nota 1.

Apesar de uma parte destas apólices se vencerem durante 2013, os Administradores da Sociedade consideram que a sua accionista única (Banco Popular Español, SA) renovará as apólices durante os exercícios sucessivos, para garantir a continuidade das operações da Sociedade.

Em consequência da estrutura formalizada para o financiamento da construção de navios a Sociedade tem formalizadas, a 31 de Dezembro de 2012, apólices de crédito com Banco Popular Español, SA por um saldo disposto com o valor de 372.271 milhares de euros, bem como contratos de empréstimo com o valor de 83.372 milhares de euros. A 31 de Dezembro de 2011 a Sociedade tinha formalizada a estrutura para o financiamento da construção de navios com a Banco Pastor, SA, mantendo à data referida apólices de crédito com um saldo disposto com o valor de 359.054 milhares de euros, bem como contratos de empréstimo pelo valor de 93.859 milhares de euros.

Estas operações produziram encargos financeiros em 2012 no valor de 31.386 milhares de euros (34.865 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011) que estão registados na epígrafe “Juros e encargos similares” da conta de perdas e ganhos anexa (Notas 17 y 24).

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

Adicionalmente a Sociedade mantém outras apólices de crédito e contratos de empréstimo com a Banco Popular Español, SA, no valor disposto de 124.843 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2012 e, a 31 de Dezembro de 2011 com a Banco Pastor, SA, com um valor disposto de 131.076 milhares de euros no fecho do exercício de 2011.

Os juros liquidados durante o exercício de 2012 pelo resto do financiamento recebido de Banco Popular Español, SA, ascendem a 1.821 milhares de euros (2.670 milhares no exercício de 2011) e incluem-se na epígrafe “Juros e despesas similares” da conta de perdas e ganhos (Notas 17 e 24).

Na Nota 25 da Memória apresenta-se um detalhe dos prazos de vencimento destes passivos no fecho de 2012 e 2011.

12. Outros passivos financeiros

A composição do saldo desta epígrafe é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2012	2011
Passivos derivados das operações de financiamento de navios (Nota 15)	57.720	70.397
Fianças recebidas	58	27
Contas de cobrança	172	256
Administração Central	96	185
Administração da Segurança Social	76	71
Outros conceitos	591	517
	58.541	71.197

O saldo da rubrica “Passivos derivados das operações de financiamento de navios” corresponde integralmente aos valores pendentes de pagamento a determinados armadores de navios em virtude dos contratos de pagamentos relativos às estruturas de financiamento dos navios, formalizados entre a Sociedade, os armadores dos navios, os estaleiros, determinados Agrupamentos de Interesse Económico e a sua Accionista Única (Banco Popular Español, SA), ao abrigo da estrutura desenhada por este e formalizada pelas partes anteriormente mencionadas para o financiamento da construção de navios (cinco no fecho do exercício de 2012 e treze no fecho do exercício de 2011) (Nota 7b).

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Entre as disposições que, em matéria de pagamentos a fornecedores, estabelece a Lei 15/2010 de 5 de Julho, que modificava a Lei 3/2004 de 29 de Dezembro, com o fim de lutar contra a morosidade nas operações comerciais, figura o estabelecimento de prazos máximos de pagamento entre empresas e um calendário para a sua entrada em vigor. A Sociedade, ao abrigo da Disposição Transitória Segunda da Resolução de 29 de Dezembro de 2010 do ICAC, sobre a informação a incorporar na memória das contas anuais em relação aos prazos de pagamento a fornecedores em operações comerciais, subministra informação relativa ao valor dos saldos pendentes de pagamento aos fornecedores, que no fecho acumulam um prazo superior ao prazo legal estabelecido pela Lei 15/2010 de 5 de Julho, ou seja, superior a 75 dias para o exercício de 2012 e a 85 dias para o exercício de 2011, desde a prestação ou recepção do serviço ou do bem. Para os pagamentos efectuados a partir de 1 de Janeiro de 2013 o prazo máximo reduz-se a 60 dias.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os valores discriminam-se da seguinte forma:

	Pagamentos realizados e pendentes de pagamento na data de fecho do balanço	
	2012	
	Milhares de Euros	%
Pagamentos do exercício dentro do prazo máximo legal	150.376	92%
Resto	12.677	8%
Total de pagamentos do exercício	163.053	100%
Saldo Pendente de pagamento no fecho que ultrapasse o para máximo legal	37.268	

	Pagamentos realizados e pendentes de pagamento na data de fecho do balanço	
	2011	
	Milhares de Euros	%
Pagamentos do exercício dentro do prazo máximo legal	156.630	54%
Resto	132.263	48%
Total de pagamentos do exercício	288.893	100%
Saldo Pendente de pagamento no fecho que ultrapasse o para máximo legal	40.674	

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

13. Provisões

O saldo deste capítulo do balanço de situação a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 compõe-se, fundamentalmente, de saldos destinados à cobertura de possíveis responsabilidades que podem derivar de sanções de organismos oficiais ou de litígios associados ao encerramento de diversos centros de ensino de idiomas, que se encontram pendentes de resolução definitiva.

O movimento deste capítulo do balanço de situação junto durante os exercícios de 2012 e 2011, foi o seguinte:

Saldos a 31 de Dezembro de 2010	3.069
Realizações lançadas a resultados	16
Utilizações de provisões constituídas	<u>(1.057)</u>
Saldos a 31 de Dezembro de 2011	2.028
Realizações lançadas a resultados	50
Utilizações de provisões constituídas	<u>(41)</u>
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	2.037

Durante o exercício de 2002, produziu-se o encerramento de diversos centros de ensino de idiomas, com cujos clientes a Sociedade tinha formalizados contratos de financiamento individuais. A Sociedade iniciou durante o exercício de 2002, e manteve desde então, diversos trâmites amigáveis e por via judicial, para a recuperação destes valores.

No exercício de 2003, a Sociedade provisionou integralmente e considerou como falido o valor pendente de cobrança aos clientes afectados pelo encerramento dos referidos centros que, a 31 de Dezembro de 2003, ascendia a 7.118 milhares de euros.

Em consequência das resoluções judiciais produzidas, no exercício de 2004, a Sociedade provisiona 5.000 milhares de euros adicionais, que correspondem, aproximadamente, às quotas pagas pelos clientes desde a data de encerramento das academias até 31 de Dezembro de 2004, dado que a generalidade das sentenças judiciais que estavam a ser proferidas, obrigavam a Sociedade a devolver as ditas quotas.

Com as referidas provisões, as considerações como falidos realizadas em 2005 (12.831 milhares de euros), as utilizações das provisões realizadas nos últimos exercícios em consequência das resoluções judiciais proferidas e dado que em 2012 e 2011 as quotas pagas pelos clientes foram residuais, a Sociedade utilizou parcialmente as provisões constituídas para este conceito para o fim para que foram registadas.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Os Administradores da Sociedade consideram suficientemente cobertos os litígios em que se encontra envolvida a Sociedade por este conceito e não esperam que se produzam quebras patrimoniais adicionais aos já registados nas presentes contas anuais.

14. Património líquido

Capital emitido e prémio de emissão

O capital subscrito e realizado a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 ascende a 11.132.473 milhares de euros, formalizado em 1.852.325 acções nominativas de 6,01 euros de valor nominal cada uma, todas propriedade de Banco Popular Español SA no fecho do exercício de 2012 e de Banco Pastor, SA no fecho do exercício de 2011, de acordo com o cometário da Nota 1. Portanto, a Sociedade tem carácter de Sociedade Anónima Unipessoal. Todas as acções têm os mesmos direitos políticos e económicos.

Os únicos vigentes a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 com Banco Popular Español, sua Accionista Única, são os relacionados com as contas a prazo, apólices de crédito, empréstimos, contas corrente, provisões, arrendamento de vários locais em Espanha, serviços informáticos e contratos-quadro em virtude da estrutura de financiamento da construção de navios. Os referidos contratos estavam vigentes a 31 de Dezembro de 2011 com a Banco Pastor, SA, que era sua acionista única nessa data (Notas 6, 10, 24 e 31).

A Lei de Sociedades de Capital permite expressamente a utilização do saldo do prémio de emissão para ampliar o capital e não estabelece nenhuma restrição específica quanto à disponibilidade de tal saldo.

Reserva Legal

De acordo com o Artigo 274º da Lei de Sociedades de Capital, as sociedades que tenham obtido lucros no exercício económico, devem destinar no mínimo 10% destes para dotação da reserva legal, até que esta alcance um valor equivalente à quinta parte do capital social. O saldo desta reserva só pode destinar-se a compensação de perdas, caso não existam outras reservas disponíveis.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

14. Situação Fiscal

O saldo da epígrafe “Outros passivos financeiros - Contas de Cobranças” do balanço de situação a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Nota 11) inclui os valores correspondentes aos diferentes impostos que são aplicáveis à Sociedade.

A conciliação do resultado contabilístico com a base tributável do Imposto sobre Sociedades é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado contabilístico do exercício	2.265	2.116
Imposto sobre Sociedades	1.052	1.123
Diferenças permanentes	-	15
Diferenças temporárias - Líquidas	(125)	441
Compensação de Bases Tributáveis Negativas	-	-
Base tributável	<u>3.192</u>	<u>3.695</u>

O saldo da epígrafe Imposto sobre Lucros, da conta de perdas e ganhos a 31 de Dezembro de 2012, inclui as despesas liquidadas por impostos estrangeiros de natureza similar ao Imposto sobre Sociedades, pelo valor de 63 milhares de euros, aproximadamente (119 milhares de euros correspondentes a 31 de Dezembro de 2011).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2011, na epígrafe “Imposto sobre Lucros” da conta de perdas e ganhos, incluem-se uns ajustes líquidos na tributação de lucros por valor positivo de 28 milhares de euros por diferenças detectadas na hora de realizar a liquidação do imposto do exercício de 2010.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesa por Imposto sobre Sociedades 2011	1.059	1.095
Diferenças imposto exercício anterior	(7)	28
Base tributável	<u>1.052</u>	<u>1.123</u>

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

O movimento dos activos por impostos diferidos durante o exercício de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo no início do período	897	743
Diferença temporal cobertura genérica	(38)	132
Diferença temporal exercício anterior	-	22
Saldo no fecho do exercício	<u>859</u>	<u>897</u>

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição do saldo da epígrafe “Activos Fiscais Diferidos” é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fundo de insolvências	859	897
Activo fiscal diferido	<u>859</u>	<u>897</u>

A Sociedade mantém abertos à inspecção pelas autoridades fiscais os últimos quatro anos para todos os impostos a que se encontra sujeita a sua actividade.

Devido às possíveis diferentes interpretações que se podem dar a normativa fiscal aplicável às operações realizadas pela Sociedade, poderiam existir determinadas contingências que não são susceptíveis de quantificação objectiva. Não obstante, calcula-se que a possibilidade de que se materializem tais contingências é remota e que, em qualquer caso, a dívida tributária que delas poderia derivar não afectaria significativamente estas contas anuais.

15. Compromissos contingentes

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os valores pendentes disponíveis sobre os limites de cartões de crédito concedidos e as disposições de leasing ainda não realizadas pelos Agrupamentos de Interesse Económico derivadas das operações estruturadas de financiamento de navios, eram os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cartões de crédito	1.756	1.547
Compra de outros activos financeiros(Nota 11)	57.720	70.397
Total compromissos – Disponíveis por terceiros	<u>59.476</u>	<u>71.944</u>

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

16. Juros e rendimentos similares

Inclui os juros liquidados no exercício por todos os activos cujo rendimento, implícito ou explícito, se obtém ao aplicar o método da taxa de juros efectivo, independentemente de se avaliarem pelo seu valor razoável.

A seguir discrimina-se a origem dos juros e rendimentos similares mais significativos liquidados pela Sociedade nos exercícios de 2012 e 2011:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
De locações financeiras (*)	2.921	9.637
De financiamento de transacções comerciais	13.295	13.461
De rendimentos de contas a prazo (Nota 6 e 24)	<u>28.652</u>	<u>25.764</u>
	44.868	48.862

(*) Dos quais 2.832 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2012 e 9.522 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2011 foram liquidados por operações de locação financeira concedidas pela Sociedade a Agrupações de Interesse Económico para a construção de navios (Nota 7).

Durante o exercício de 2012, a Sociedade obteve 1.460 milhares de euros como receitas da sua sucursal em Portugal (1.306 milhares de euros em 2011). O resto das receitas da Sociedade foi obtido em Espanha.

A discriminação dos valores registados no capítulo “Juros e Rendimentos Similares” das contas de perdas e ganhos, classificados atendendo à carteira de instrumentos financeiros que os tenham originado, mostra-se no quadro seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Investimento creditício	16.216	23.098
Outros rendimentos (Notas 6 e 24)	<u>28.652</u>	<u>25.764</u>
	44.868	48.862

17. Juros e encargos similares

Inclui os juros liquidados no exercício por todos os passivos financeiros com rendimento, implícito ou explícito, que se obtém ao aplicar o método da taxa de juros efectivo, independentemente de se avaliarem pelo seu valor razoável.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Seguidamente discrimina-se a origem dos juros e encargos similares mais significativos liquidados pela Sociedade nos exercícios de 2012 e 2011:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
De apólices de crédito (financiamento navios) (Nota 10 e 24)	11.196	11.588
De outras apólices de crédito e empréstimos (Nota 10 e 24)	1.821	2.670
De empréstimos (financiamento de navios) (Nota 10 e 24)	20.190	22.109
De outros encargos (financiamento de navios) (Nota 10 e 24)	-	1.168
	<u>33.207</u>	<u>37.535</u>

Durante o exercício de 2012 o empréstimo e a apólice que a sucursal de Portugal mantém com Banco Popular Español, SA liquidou despesas financeiras de 111 milhares de euros (119 milhares de euros em 2011 com Banco Pastor SA).

Os valores registados no capítulo “Juros e encargos similares” das contas de perdas e ganhos foram originados, na sua totalidade, pela carteira de passivos financeiros a custo amortizado.

18. Comissões recebidas

Inclui o valor de todas as comissões liquidadas no exercício, excepto as que formam parte integral da taxa de juros efectiva dos instrumentos financeiros.

Em seguida apresenta-se o valor das receitas por comissões liquidadas pela Sociedade nos exercícios de 2012 e 2011, classificadas em função dos conceitos principais que os originaram, com indicação das epígrafes das contas de perdas e ganhos daqueles exercícios em que tais receitas se contabilizaram:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Por cancelamento antecipado	59	63
Por devolução	898	862
Outras	437	350
	<u>1.389</u>	<u>1.275</u>

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

19. Comissões pagas

Inclui o valor de todas as comissões pagas ou a pagar e liquidadas no exercício, excepto as que formam parte integral da taxa de juros efectivo dos instrumentos financeiros.

Em seguida apresenta-se o valor da despesa por comissões liquidadas no exercícios de 2012 e 2011, classificadas em função dos conceitos principais que os originaram:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Comissões por serviços de recobro	798	808
Comissões por serviços de intermediação	372	334
Comissões por serviços bancários	186	152
	<u>1.356</u>	<u>1.294</u>

20. Outros produtos de exploração

A discriminação do saldo deste capítulo das contas de perdas e ganhos é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas de locações operativas	10	55
Comissões financeiras compensatórias de custos directos	216	297
Outros conceitos	63	121
	<u>289</u>	<u>473</u>

21. Despesas de pessoal

Incluem todas as remunerações do pessoal do quadro, fixo ou eventual, independentemente da sua função ou actividade, liquidadas no exercício, a qualquer título:

A composição do capítulo Despesas de pessoal das contas de perdas e ganhos é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remunerações y salários	2.834	2.814
Segurança Social	735	733
Outras despesas de pessoal	42	33
	<u>3.611</u>	<u>3.580</u>

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

A distribuição do pessoal da Sociedade, segundo categorias profissionais e género, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	Número de empregados					
	2012			2011		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Alta Direcção	1	-	1	1	-	1
Chefes e similares	12	2	14	12	2	14
Administrativos e outros	23	53	76	22	54	76
Total	36	55	91	35	56	91

A distribuição média do pessoal da Sociedade segundo categorias profissionais e género, durante os exercícios de 2012 e 2011 é a seguinte:

	Número médio de empregados					
	2012			2011		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Alta Direcção	1	-	1	1	-	1
Chefes e similares	12	2	14	12	2	14
Administrativos e outros	23	53	76	22	54	76
Total	36	55	91	35	56	91

O número de empregados da Sociedade com um grau de deficiência igual ou superior a 33% ascende a 1 empregado no fecho dos exercícios de 2012 e 2011.

22. Outras despesas gerais de administração

A discriminação do saldo deste capítulo das contas de perdas e ganhos é a seguinte:

	2012	2011
De imóveis, instalações e material	506	578
Dos quais: Despesa por arrendamento de escritórios (Nota 9)	266	334
Informática	441	382
Comunicações	75	83
Despesas judiciais e advogados	401	365
Relatórios técnicos	218	241
Despesas de representação e deslocações	281	264
Serviços administrativos subcontratados	712	624
Contribuições e impostos	172	277
Outras despesas	330	371
	3.136	3.185

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

23. Ganhos / (Perdas) de Activos não classificados como não correntes em venda

A discriminação do saldo deste capítulo das contas de perdas e ganhos é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Por venda de activo corpóreo (Nota 8)	60	3
Ganhos	60	22
Perdas	-	(19)
Por outros conceitos	(1)	(206)
Ganhos (Nota 9.b)	3	6
Perdas	(4)	(212)
Total	<u>59</u>	<u>(203)</u>

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

24. Partes vinculadas

Para além da informação que consta na Nota da Memória relativa aos saldos e operações efectuadas com os membros do Conselho de Administração e da Alta Direcção da Sociedade, apresentam-se de seguida os saldos registados nos balanços de situação a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e nas contas de perdas e ganhos dos exercícios 2012 e 2011, que tem a sua origem nas operações com partes vinculadas distintas das incluídas na Nota 5:

	2012	2011
BALANÇO DE SITUAÇÃO:		
Activo	458.726	411.024
Entidades de Crédito – Imposições a Prazo Fixo (Nota 6)	428.576	395.403
Entidades de Crédito – Outras contas (Nota 6)	22.943	8.733
Juros liquidados não vencidos (Nota 6)	7.207	6.880
Passivo	588.396	591.468
Entidades de crédito (Nota 10)	580.486	584.025
Juros liquidados não vencidos (Nota 10)	7.910	7.443
Contas de ordem	895.967	1.001.861
Limite apólices e empréstimos (Nota 10)	895.967	1.001.861
CONTA DE PERDAS E GANHOS:		
Despesas	(34.040)	(38.504)
Juros de apólices e empréstimos (Notas 10 e 17)	(33.207)	(37.535)
Despesas por comissões	(115)	(97)
Despesas por serviços informáticos	(115)	(108)
Despesas por seguros	(7)	(6)
Centro de atenção de chamadas	(392)	(554)
Despesas por arrendamentos (Nota 8)	(204)	(204)
Despesas por serviços vários	-	-
Receitas	28.936	26.015
Receitas por imposições a prazo fixo (Nota 6 e 16)	28.652	25.764
Comissões por campanhas de seguros	280	249
Receitas várias	4	2
	(5.104)	(12.489)

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

25. Prazos residuais das operações e taxas de juro médias:

Seguidamente apresenta-se a discriminação, por vencimentos, dos saldos de determinadas epígrafes do balanço de situação em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	31 de Dezembro de 2012						
	A vista	Até 1 mes	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
ACTIVO	2	28 888	17 407	121 062	276 644	231 939	675 942
Caixa e Depósitos em Bancos Centrais	1	-	-	-	-	-	1
Depósitos em entidades de crédito – Investimento creditício (Nota 6)	1	24 314	8 978	27 127	175 832	215 604	451 856
Crédito à clientela - Investimento creditício (Nota 7)	-	4 338	8 429	93 935	100 799	16 335	223 836
Crédito à clientela - Outros activos financeiros (Nota 7)	-	236	-	-	13	-	249
PASSIVO	12	23 198	63 436	114 976	221 801	215 604	639 027
Depósitos de Bancos Centrais e de entidades de crédito (Nota 10)	-	1 995	63 378	77 708	221 801	215 604	580 486
Outros passivos financeiros (Nota 11)	12	21 203	58	37 268	-	-	58 541
Diferença Activo menos Passivo	(10)	5 690	(46 029)	6 086	54 843	16 335	36 915
	31 de Dezembro de 2011						
	A vista	Até 1 mes	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
ACTIVO	4	17 292	26 746	123 636	310 672	213 450	691 800
Caixa e Depósitos em Bancos Centrais	1	-	-	-	-	-	1
Depósitos em entidades de crédito – Investimento creditício (Nota 6)	1	10 027	8 023	25 581	171 873	188 897	404 402
Crédito à clientela - Investimento creditício (Nota 7)	2	7 016	18 723	98 055	138 786	24 553	287 135
Crédito à clientela - Outros activos financeiros (Nota 7)	-	249	-	-	13	-	262
PASSIVO	10	1 791	67 057	198 544	198 924	188 896	655 222
Depósitos de Bancos Centrais e de entidades de crédito (Nota 10)	-	1 028	22 359	172 818	198 924	188 896	584 025
Outros passivos financeiros (Nota 11)	10	763	44 698	25 726	-	-	71 197
Diferença Activo menos Passivo	(6)	15 501	(40 311)	(74 908)	111 748	24 554	36 578

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

26. Risco de liquidez dos instrumentos financeiros

O risco de liquidez define-se como o risco de que entidade tenha dificuldades para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros. O risco de liquidez representa, portanto, o risco consistente em que não disponha de liquidez suficiente para fazer frente, na data de vencimento, às suas obrigações de pagamento com terceiros.

Neste sentido, a matriz Banco Popular Español, SA cobre, a todo o momento, todas as necessidades de financiamento da sociedade, pelo que o risco de liquidez dos instrumentos financeiros está permanentemente coberto.

Seguidamente apresenta-se a discriminação, por prazos de vencimento, dos saldos de determinadas epígrafes dos balanços de situação (sem incluir ajustamentos por valorização), num cenário de “condições normais de mercado”:

	<u>À vista</u>	<u>Até 1 mês</u>	<u>Entre 1 e 3 meses</u>	<u>Entre 3 e 12 meses</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
ACTIVO							
Caixa e depósitos em bancos centrais	1	-	-	-	-	-	1
Investimentos creditícios (Notas 6 y 7)	3	17 043	26 746	123 636	310 659	213 450	691 537
Outros activos com vencimento (Nota 7)	-	249	-	-	13	-	262
Total a 31 de Dezembro de 2011	4	17 292	26 746	123 636	310 672	213 450	691 800
Caixa e depósitos em bancos centrais	1	-	-	-	-	-	1
Investimentos creditícios (Notas 6 y 7)	1	28 652	17 407	121 062	276 631	231 939	675 692
Outros activos com vencimento (Nota 7)	-	236	-	-	13	-	249
Total al 31 de Dezembro de 2012	2	28 888	17 407	121 062	276 644	231 939	675 942
PASSIVO							
Depósitos em entidades de crédito (Nota 10)	-	1 028	22 359	172 818	198 924	188 896	584 025
Outros passivos financeiros (Nota 11)	10	763	44 698	25 726	-	-	71 197
Total al 31 de Dezembro de 2011	10	1 791	67 057	198 544	198 924	188 896	655 222
Depósitos em entidades de crédito (Nota 10)	-	1 995	63 378	77 708	221 801	215 604	580 486
Outros passivos financeiros (Nota 11)	12	21 203	58	37 268	-	-	58 541
Total al 31 de Dezembro de 2012	12	23 198	63 436	114 976	221 801	215 604	639 027
Diferença activo-passivo a 31 de Dezembro de 2011	(6)	15 501	(40 311)	(74 908)	111 748	24 554	36 578
Diferença activo-passivo a 31 de Dezembro de 2012	(10)	5 690	(46 029)	6 086	54 843	16 335	36 915

(*) As datas de vencimento do quadro anterior, para os activos e passivos com datas de vencimento contratual, calcularam-se atendendo a estas, enquanto que para os activos e passivos sem data de vencimento contratual ou para os quais existam evidências de uma data de realização distinta desta, considerou-se o melhor cálculo sobre a sua possível data de realização.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Perante as circunstâncias excepcionais que se produziram nos mercados financeiros internacionais, fundamentalmente na segunda metade de 2008, os governos europeus adoptaram o compromisso de tomar as medidas oportunas para tentar solucionar os problemas do financiamento bancário e os seus efeitos sobre a economia real, com o objectivo de preservar a estabilidade do sistema financeiro internacional. Os objectivos fundamentais de tais medidas eram assegurar condições de liquidez apropriadas para o funcionamento das instituições financeiras, facilitar o acesso ao financiamento por parte das instituições financeiras, estabelecer os mecanismos que permitam, por sua vez, prover recursos de capital adicional às entidades financeiras que assegurem o funcionamento da economia, assegurar que a normativa contabilística é suficientemente flexível para ter em consideração as excepcionais circunstâncias acontecidas nos mercados e reforçar e melhorar os mecanismos de coordenação entre os países europeus.

Os Administradores da Sociedade consideram que as operações se podem desenvolver durante o exercício de 2013 sem que se evidencie nenhum problema de liquidez ou de rentabilidade para a mesma. Adicionalmente, a Accionista Única da Sociedade, Banco Popular Español, SA, prestará o apoio financeiro que, eventualmente, seja necessário.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

27. Valor razoável

27.1 Valor razoável dos activos e passivos financeiros

A seguir detalha-se o valor razoável dos activos e dos passivos financeiros da Sociedade a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 que, de acordo com os critérios explicados na Nota 2, não se encontravam registados nos balanços de situação naquelas datas pelo seu valor razoável, atendendo às carteiras em que estes se encontravam classificados, juntamente com os correspondentes valores em livros nessas datas:

	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Valor em Livros	Valor Razoável	Valor em Livros	Valor Razoável
Activo				
Investimentos creditícios (Notas 6 e 7)	672.228	688.786	685.195	703.637
Outros activos financeiros (Nota 7)	41	41	42	42
Resto de activos (Nota 10)	267	267	326	326
TOTAL ACTIVO	672.536	689.094	685.529	703.971
Passivo				
Depósitos de entidades de crédito (Nota 11)	588.396	588.396	591.468	591.468
Outros passivos financeiros (Nota 12)	58.541	58.541	71.197	71.197
Provisões (Nota 13)	2.037	2.037	2.028	2.028
Periodificações (Nota 10)	1.009	1.009	670	670
TOTAL PASSIVO	649.983	649.983	665.363	665.363

O valor razoável anterior calculou-se utilizando-se em geral, o método de desconto de fluxos até à data de reapreciação. Utilizou-se para o desconto de fluxos a curva de taxas implícitas do mercado, sem lhe acrescentar nenhum prémio extra de risco creditício.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

27.2 Valor Razoável dos activos corpóreos

A seguir detalha-se o valor razoável de determinados activos corpóreos da Sociedade a 31 de Dezembro de 2012, atendendo às categorias em que se encontravam classificados, juntamente com os correspondentes valores em livros nas referidas datas:

	<u>Valor em Livros</u>	<u>Valor Razoável</u>
Activo corpóreo		
Terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 8)	195	352

A seguir detalha-se o valor razoável de determinados activos corpóreos da Sociedade a 31 de Dezembro de 2011, atendendo às categorias em que se encontravam classificados, juntamente com os correspondentes valores em livros nas referidas datas:

	<u>Valor em Livros</u>	<u>Valor Razoável</u>
Activo corpóreo		
Terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 8)	199	625

A totalidade do saldo registado sob o capítulo “Terrenos e edifícios de uso próprio” a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 corresponde a imóveis situados em Portugal.

Tomou-se como valor razoável o valor obtido da avaliação realizada atendendo ao disposto na ECO/805/2003 de 27 de Março de 2003, sobre normas de avaliação de bens imóveis e de determinados direitos para certas finalidades financeiras, publicada no BOE de 9 de Abril de 2003. A sociedade portuguesa de avaliação que realizou estas avaliações foi a BRICK – Serviços de Engenharia, Ld^a para o exercício de 2012 e CPU Consultores Avaliações Hipotecárias, Ld^a para o exercício de 2011, sociedades inscritas na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

28. Gestão do Risco

As actividades desenvolvidas pela Sociedade implicam a assunção de determinados riscos que devem ser geridos e controlados de maneira a garantir, a todo o momento, a exposição da sociedade ao mesmo.

a) Exposição ao risco de crédito

A actividade da Sociedade baseia-se na concessão de créditos através de intermediários. A adequada administração e tratamento do risco de crédito inerente a esta actividade, desde a sua concessão até à recuperação das incidências é o capítulo que mais condiciona a consecução dos objectivos estratégicos deste tipo de entidades financeiras.

É evidente a transcendência que reveste o desenvolvimento de estruturas, procedimentos e sistemas que reforcem este apartado. Consciente disso, a estratégia da Sociedade, dentro da do Grupo Banco Pastor, orienta-se para o crescimento rentável e para a expansão, sempre sob a premissa da cautela e rigor no estudo, sanção e acompanhamento do risco de crédito.

Organização da função de Risco de Crédito

As tarefas relativas à concessão, acompanhamento e recuperação do risco, o desenho dos seus sistemas, procedimentos e circuitos e a distribuição de atribuições aos diferentes órgãos de decisão, recaem sobre a Direcção de Riscos, na dependência directa da Direcção Geral e com plena coordenação com a área de riscos da Bancopopular-e, SA.

Procedimentos e sistemas de medição do Risco de Crédito

Desde 1989, ano dos primeiros *scoring* de concessão da Sociedade, tem-se continuado com a política de inovação e aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e medição do risco de crédito.

Dentro da contínua inovação de sistemas de decisão, fruto de anos de trabalho e evolução em sistemas automáticos de decisão da sociedade e, em colaboração com uma consultora externa, foram implantados novos sistemas específicos para a avaliação de empréstimos automóvel em 2005 e empréstimos ao consumo e cartões de crédito em 2007.

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

Trimestralmente obtêm-se relatórios especialmente desenhados para verificar o comportamento dos sistemas de avaliação e, se for o caso, para adoptar as decisões oportunas relativas à política de risco de crédito. Para além disso, realizam-se periodicamente reavaliações de todos os sistemas automáticos de avaliação.

Acompanhamento e controlo do Risco de Crédito

O comportamento do risco de crédito é um dos factores que mais pode condicionar a geração de valor sustentado no tempo, que qualquer instituição financeira procura.

Na Sociedade desenvolveram-se diversos procedimentos que permitem e facilitam as funções inerentes ao acompanhamento do risco de crédito e, portanto, a obtenção da informação necessária e o seu tratamento integral. Tais procedimentos podem agrupar-se em dois blocos:

- Sistemas para o acompanhamento de resultados dos sistemas de concessão.
- Sistemas para o acompanhamento do comportamento do canal captador.

Para isso, a Sociedade conta com ferramentas que permitem a obtenção de informação necessária para a análise das diferentes variáveis, com o objectivo de tomar as medidas mais adequadas em cada momento. Para além disso, o sistema de avaliação adapta-se automaticamente ao comportamento do negócio cedido pelo canal captador.

b) Exposição ao risco de juro

O risco de juro do balanço é o risco de que possíveis variações nas taxas de juros se repercutam negativamente na margem de intermediação ou no valor económico do capital.

No fecho do exercício, a Sociedade estuda a possibilidade de adequar a composição do financiamento à evolução das taxas de juros.

c) Risco Operacional

Por risco operacional entende-se o risco de perdas resultante da desadequação ou falhas dos processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Expressa em milhares de euros)

A Sociedade segue as directrizes marcadas pelo Departamento de Risco Operacional do Grupo Banco Popular, que se ocupa de coordenar todas as acções previstas, bem como a realização dos procedimentos de controlo definidos no Quadro de Gestão de Risco Operacional, no qual cabe destacar a elaboração de um mapa de riscos com o fim de medir o impacto e frequência de cada um dos riscos identificados, assim como a capacidade de mitigação dos controlos existentes sobre tais riscos.

Os Administradores da Sociedade calculam que a estrutura e procedimentos estabelecidos para a operativa da Sociedade são suficientes para mitigar de maneira razoável o potencial risco operacional a que se encontra exposta.

Procedimentos e sistemas de medição do Risco Operacional

Na Sociedade foram implementadas as seguintes metodologias qualitativas, propostas por Basileia:

- Diagramação de Processos-Risco, cujo objectivo final é construir o mapa de riscos dos processos operativos críticos de Banco Pastor para cada uma das linhas de negócio definidas em Basileia II.
- Inventário de riscos operacionais e descrição de controlos existentes.
- Questionários de auto-avaliação, que medem a exposição da Entidade a tais riscos e avaliam os controlos associados.
- Identificação e captura dos indicadores de risco (KRI) mais significativos e que mais correlação têm com a potencial ocorrência do risco e dos seu impactos.

Para além disso, continua a avançar a construção da base de dados de eventos de perdas operacionais integral e com um volume de dados histórico adequado para a realização de modelos estatísticos, com o objectivo de assentar as bases da consecução dos requisitos exigidos por Basileia II.

d) Concentração de riscos

Estando a Sociedade integrada no Grupo Banco Popular (ver Nota 1), não lhe é aplicável o limite de concentração de riscos. Em qualquer caso, a Sociedade não mantém posições que tenham a consideração de grande risco, de acordo com o limite de concentração de riscos definido na Circular 3/2008 do Banco de Espanha e actualizações posteriores.

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

A 31 de Dezembro de 2012, o detalhe de concentração de riscos por actividade e área geográfica é que se mostra de seguida:

	TOTAL	ESPAÑA	RESTO DA UE	AMÉRICA	RESTO DO MUNDO
Entidades de crédito	459 063	458 728	335	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-
Administração Central	-	-	-	-	-
Resto	-	-	-	-	-
Outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresários individuais	69 787	68 825	962	-	-
Construção e promoção imobiliária	-	-	-	-	-
Construção civil	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	69 787	68 825	962	-	-
Grandes empresas	68 180	68 180	-	-	-
Pme's e empresários individuais	1 607	645	962	-	-
Resto famílias e ISFLSH	147 265	133 729	13 536	-	-
Habitação	3 586	3 392	194	-	-
Consumo	143 679	130 337	13 342	-	-
Outras finalidades	-	-	-	-	-
TOTAL	676 115	661 282	14 833	-	-
(Menos): Correções de valor por deterioração de activos não imputadas a operações concretas	3 846	-	-	-	-
TOTAL	672 269	-	-	-	-

O mesmo detalhe para “Espanha”, distribuído por Comunidades Autónomas, consta dos seguintes quadros:

	TOTAL	Andalucía	Aragón	Asturias	Baleares	Canarias
Entidades de crédito	458 727	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-
Outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresários individuais	68 826	-	25	11	-	63 629
Construção e promoção imobiliária	-	-	-	-	-	-
Construção civil	-	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	68 824	-	25	11	-	63 629
Grandes empresas	68 180	-	-	-	-	63 629
Pme's e empresários individuais	644	-	25	11	-	-
Resto famílias e ISFLSH	133 729	12 528	4 974	2 795	800	748
Habitação	3 392	746	59	36	1	3
Consumo	130 337	11 782	4 915	2 759	799	745
Outras finalidades	-	-	-	-	-	-
TOTAL	661 282	12 528	4 999	2 806	800	64 377
(Menos): Correções de valor por deterioração de activos não imputadas a operações concretas	-	-	-	-	-	-
TOTAL	661 282	-	-	-	-	-

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

	Cantabria	Castilla la Mancha	Castilla León	Cataluña	Extremadura	Galicia
Entidades de crédito	-	-	-	-	-	458 727
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-
Outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresários individuais	12	-	22	1 884	-	233
Construção e promoção imobiliária	-	-	-	-	-	-
Construção civil	-	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	12	-	22	1 884	-	233
Grandes empresas	-	-	-	1 878	-	-
Pme's e empresários individuais	12	-	22	6	-	233
Resto famílias e ISFLSH	2 356	4 029	7 439	17 998	1 153	30 935
Habitación	4	7	131	93	2	844
Consumo	2 352	4 022	7 308	17 905	1 151	30 091
Outras finalidades	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2 368	4 029	7 461	19 882	1 153	489 895
(Menos): Correções de valor por deterioração de activos não imputadas a operações concretas						
TOTAL						

	Madrid	Murcia	Navarra	Comunidad Valenciana	País Vasco	La Rioja	Ceuta y Melilla
Entidades de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresários individuais	2 972	-	-	14	20	4	-
Construção e promoção imobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Construção civil	-	-	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	2 972	-	-	14	20	4	-
Grandes empresas	2 673	-	-	-	-	-	-
Pme's e empresários individuais	299	-	-	14	20	4	-
Resto famílias e ISFLSH	23 646	2 324	1 409	14 013	5 720	814	48
Habitación	883	74	-	500	7	-	2
Consumo	22 763	2 250	1 409	13 513	5 713	814	46
Outras finalidades	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26 618	2 324	1 409	14 027	5 740	818	48
(Menos): Correções de valor por deterioração de activos não imputadas a operações concretas							
TOTAL							

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

29. Outra informação significativa

29.1. Activos financeiros dados de baixa no balanço por causa da sua deterioração.

Seguidamente mostra-se o resumo dos movimentos que tiveram lugar nos exercícios de 2012 e 2011 nas rubricas dadas de baixa do balanço de situação por considerar-se remota a sua recuperação:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valores no início do exercício	39.486	37.820
Adições	6.746	2.999
Recuperações (Nota 7)	(841)	(797)
Baixas	(196)	(536)
Valores no encerramento do exercício	<u>45.195</u>	<u>39.486</u>

29.2. Honorários da auditoria

Os honorários pagos pela Sociedade a favor de PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. pelos serviços de auditoria de contas ascenderam a 40 milhares de euros tanto no exercício de 2012 como no de 2011. Durante os exercícios de 2012 e 2011 satisfizeram-se honorários a título de assessoria fiscal a favor de PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., LD^a no valor total de 11 e 12 milhares de euros em cada exercício. No exercício de 2012 e 2011 não se liquidaram honorários por outras sociedades que utilizam a marca PricewaterhouseCoopers em consequência de outros serviços prestados.

30. Serviço de atenção ao cliente

A Ordem do Ministério da Economia 734/2004, sobre os departamentos e serviços de atenção ao cliente e o Defensor do Cliente das Entidades Financeiras, estabelece no seu artigo 4 que as entidades deverão dispor de um departamento ou serviço especializado de atenção ao cliente que tenha por objecto atender e resolver as queixas e reclamações que os seus clientes apresentem.

As entidades que formem parte do mesmo grupo económico poderão dispor de um departamento ou serviço de atenção ao cliente único para todo o grupo.

Consequentemente, o Conselho de Administração da Pastor Serviços Financieros (Sociedad Unipersonal), na sua reunião de 26 de Julho de 2012, decidiu aderir ao Serviço de Atenção ao Cliente do Grupo Banco Popular.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

No artigo 17 da citada Ordem 734/2004 também se especifica que, no primeiro trimestre de cada ano, os departamentos ou serviços de atenção ao cliente e, se for o caso, os defensores do cliente, apresentarão ao Conselho de Administração ou órgão equivalente ou à Direcção geral da Sociedade, se for o caso, um relatório explicativo do desenvolvimento da sua função durante o exercício precedente. Pelo menos um resumo do mesmo deverá ser integrado na memória das contas anuais da Sociedade.

Em cumprimento destas disposições, o Serviço de Atenção ao Cliente do Grupo Banco Popular emite o presente relatório, relativo às queixas e reclamações processadas durante o ano de 2012, correspondentes a clientes da Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal). O seu conteúdo estrutura-se de acordo com as alíneas indicadas no ponto 1 do referido artigo 17 da Ordem 734/2004.

1) Resumo estatístico das incidências atendidas.

Durante o exercício de 2012, o Serviço de Atenção ao Cliente do Grupo Banco Popular atendeu um total de 54 incidências (26 no exercício de 2011), relacionadas com produtos da Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal), cujo detalhe se expõe a seguir, atendendo à sua natureza:

	2012	2011
Consultas	6	6
Queixas	5	1
Reclamações	43	19
Total	54	26

PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)

1.1) Motivos que deram origem às incidências processadas:

Resulta bastante difícil tabelar os motivos que levaram os clientes a apresentar uma queixa ou reclamação, por quanto cada incidência tem as suas próprias peculiaridades que a distingue das demais. Não obstante, utilizando os critérios estabelecidos pelo Banco de España quanto à classificação das incidências por matérias e motivos, ficam suficientemente delimitadas, tal como se expõe no quadro seguinte:

	Consultas	Queixas	Reclamações	Total
Outros vários	2	5	10	17
Discrepâncias em apontamentos	-	-	8	8
Cláusulas contrato/doc.	-	-	7	7
Tratamento dados pessoais	4	-	1	5
Comissões e despesas	-	-	5	5
Lançamentos indevidos	-	-	5	5
Juros	-	-	4	4
Qualidade do serviço	-	-	2	2
Declaração CIRBE/ clientes em mora	-	-	2	2
Total	6	5	43	54

1.2) Meio utilizado na apresentação das incidências processadas:

No quadro seguinte expõem-se os meios utilizados pelos clientes para apresentar as suas queixas e reclamações. 35% das incidências foram canalizadas através dos Balcões de Consumidores, seguidas da Internet (26%) e carta (20%). A utilização de outros meios foi quase residual.

	Consultas	Queixas	Reclamações	Total
Balcão do Consumidor	-	-	19	19
Internet	3	2	9	14
Carta	2	2	7	11
Defensor do Cliente	1	-	3	4
Banco de España	-	-	2	2
Livro de reclamações	-	-	2	2
Telefone	-	1	-	1
Outros balcões	-	-	1	1
Total	6	5	43	54

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

1.3) Valores reclamados e pagos

O valor total reclamado nos 43 processos de reclamações analisados e resolvidos pelo Serviço de Atenção ao Cliente durante o exercício ascende a 4.561 euros (36 euros em 2011 num total de 19 processos de reclamações), sendo o valor pago, em consequência das decisões favoráveis ao cliente emitidas pelo Serviço, de 300 euros (24 euros em 2011). Na quantia total reclamada está incluído, como valor mais relevante, os 4.071 euros correspondentes a um pedido de nulidade de um contrato de empréstimo, em consequência da falta de execução do contrato de consumo que se destinava a financiar.

2) Resumo estatístico das incidências atendidas

As decisões adoptadas pelo Serviço de Atenção ao Cliente sobre as 54 incidências resolvidas no ano de 2012, ficam reflectidas no seguinte quadro:

	Consultas	Queixas	Reclamações	Total
A favor da entidade	-	2	25	27
A favor do reclamante	-	2	7	9
Sem pronunciamento	6	1	10	17
A favor de ambos	-	-	1	1
Total	6	5	43	54

Nas resoluções anteriores estão incluídas duas reclamações que se apresentaram perante o Serviço de Reclamações do Banco de España. Num dos casos prestaram-se ao cliente os esclarecimentos pertinentes, desistindo este da sua reclamação e no outro o Banco de España absteve-se de emitir pronúncia, porque a incidência apresentada excedia o seu âmbito de competência.

3) Crítérios gerais contidos nas decisões

Para além de seguir fielmente o procedimento estabelecido nos diferentes artigos do capítulo III do seu Regulamento relativo ao tratamento e resolução das queixas e reclamações, o Serviço de Atenção ao Cliente do Grupo Banco Popular desempenha as suas funções com autonomia dos restantes serviços, comerciais ou operativos da organização do grupo, dos quais está separado, com a finalidade de garantir que toma de maneira independente as suas decisões referentes ao seu âmbito de actividade e competência e, para além disso, evite, no desempenho das suas funções, conflitos de interesses.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

Para reforçar ainda mais a sua independência, contrastar a veracidade e qualidade da informação recolhida e agilizar a resolução das incidências que se apresentam, o Serviço conta com uma pessoa de contacto em cada uma das direcções territoriais do Banco Popular Español, SA e nas Direcções gerais dos Bancos filiais e Sociedades do Grupo, como é o caso da Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal), aos quais se envia cópia das incidências que os afectam, para que tenham conhecimento das mesmas e forneçam a informação que lhes seja pedida, a fim de que as decisões do Serviço possam fundamentar-se em documentação verdadeira e contrastada da realidade de cada caso.

Por outro lado, a actuação do Serviço de Atenção ao Cliente do Grupo Banco Popular guia-se permanentemente pela aplicação dos princípios de clareza e transparência nos contratos e pelas boas práticas e usos que configuram a actividade de cada uma das entidades e sociedades do Grupo que estão aderidas ao mesmo.

4) Recomendações e sugestões

Tendo em conta o reduzido número de queixas e reclamações, bem como os motivos em que se fundam, o Serviço de Atenção ao Cliente não considera necessário fazer nenhuma recomendação especial, por não verificar deficiências relevantes na operativa e na qualidade do serviço. Não obstante, convém fazer finca-pé na necessidade de continuar a vigiar para que se mantenha a máxima clareza e transparência no clausulado dos contratos e na informação prestada ao cliente, actuando com cordialidade e diligência no cumprimento das suas instruções e respeitando sempre as boas práticas e usos próprios do sector de actividade a que pertence Pastor Servicios Financieros, EFC,SA (Sociedad Unipersonal) que, em definitivo, não é mais do que zelar pela qualidade do serviço prestado como elemento substancial de competitividade.

**PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS, ESTABLECIMIENTO FINANCIERO DE
CRÉDITO, S.A. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Expressa em milhares de euros)**

31. Contratos com a accionista única:

De acordo com o disposto no artigo 16 da Lei de Sociedade de Capital e de forma complementar à informação recolhida na Nota 24, segue-se o detalhe do resto dos contratos celebrados pela Sociedade com a sua Sócia Única (Banco Popular Español, SA no fecho do exercício de 2012 e Banco Pastor, SA no fecho do exercício de 2011) a 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

Objecto	Data do contrato	Outras estipulações
Contrato de arrendamento	28-06-12	Arrendamento de um local em Bergondo. Duração anual com renovações tácitas
Contrato de arrendamento	28-06-12	Arrendamento de um local em Madrid. Duração anual com renovações tácitas
Contrato de arrendamento	28-06-12	Arrendamento de um local em Vigo. Duração anual com renovações tácitas
Contrato de arrendamento	01-12-08	Arrendamento de um local em Leão. Duração anual com renovações tácitas
Contrato de arrendamento	01-07-08	Arrendamento de um local em Santiago. Duração anual com renovações tácitas
Contrato de arrendamento	01-06-08	Arrendamento de um local em Sevilha. Duração anual com renovações tácitas
Contrato de Serviços Informáticos (Albergue)	01-01-06(*)	Prestado aos escritórios de Espanha e Portugal. Remuneração variável (6% sobre os custos suportados por Banco Popular Español, SA).
Mediação em operações financeiras (caixas)	01-05-01	Banco Popular Español SA cede a Pastor Servicios Financieros, EFC,SA 99,5% das comissões por facturação dos cartões co-branding na sua faceta de cartão de crédito.

(*) Cláusulas renovadas em 2010

**Pastor Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de
Crédito, S.A. (Sociedad Unipersonal)**

**Relatório de Gestão do Exercício terminado em 31 de Dezembro de
2012**



Situação do Consumo em Espanha :

A economia espanhola mostra uma grave debilidade no curto e médio prazo, apesar dos processos de reestruturação dos sistema financeiro e do calendário legislativo que pressupõem uma melhoria das perspectivas de crescimento a longo prazo.

No ano de 2012 a despesa em consumo das famílias retrocedeu, se bem que no terceiro trimestre o retrocesso foi de metade do trimestre precedente, em consequência da antecipação de compras por causa do aumento do IVA, que entrou em vigor no mês de Setembro. Por outro lado, o investimento em habitação continua a deteriorar-se e não mostra sinais de recuperação. Isto afecta muito negativamente o negócio de financiamento do consumo.

As previsões para o ano de 2013 não são animadoras e apontam para uma quebra notável do consumo privado, especialmente em bens duradouros. Assim, o aumento do IVA e o agravamento das suas determinantes fazem com que a previsão de queda deste ano seja de 2,9%, segundo o serviço de estudos do Grupo BBVA. A deterioração do emprego provocará uma diminuição do rendimento bruto disponível das famílias e a antecipação das compras por causa da subida do IVA continuará a ter um efeito contractivo nos próximos meses. Também não é provável que a riqueza financeira e a imobiliárias recuperem. Pelo contrário, a redução da taxa de aforro das famílias, a ausência de pressões inflacionistas da procura e a manutenção das taxas de juro em níveis reduzidos amortecerão esta descida.

No mercado automóvel, há que destacar que, segundo os dados da ANFAC no ano de 2012, reduziu-se o número de matrículas em 13,4% em relação ao ano anterior. Nem sequer o Plano PIVE, implementado nos últimos três meses do ano conseguiu travar a redução das matrículas. Por canis de vendas, o que se comportou pior foi o das empresas, que regista uma quebra de 19,4%, enquanto o dos particulares caiu cerca de 12,9%. As previsões para 2013 continuam muito negativas, apesar da prorrogação do Plano PIVE.

O prolongamento do ajustamento imobiliário também continuou a repercutir-se negativamente sobre o consumo de electrodomésticos. O número de unidades vendidas diminuiu 11,6% na linha branca nos primeiros dez meses do ano de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior.

No sector do mobiliário, a facturação cresceu no terceiro trimestre, depois da quebra registada no primeiro semestre. Isto deveu-se à subida do IVA, que fez antecipar as compras e a um comportamento positivo da procura externa. As previsões também não são boas para o ano de 2013, devido ao desaparecimento dos incentivos fiscais para a aquisição de casa.

Quanto ao mercado das novas tecnologias para o lar, destaca-se que a descida dos preços propiciou o aumento da penetração das novas tecnologias nos lares espanhóis, uma vez que neste sector o aumento do IVA não se repercutiu no preço final.

Pastor Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A. (Sociedad Unipersonal)

Relatório de Gestão do Exercício terminado em 31 de Dezembro de 2012

Situação do crédito ao consumo em Espanha

Segundo os dados da ASNEF, a 31 de Dezembro de 2012, o investimento novo no crédito ao consumo caiu cerca de 4,44%, relativamente ao mesmo período do ano anterior. Esta queda é maior que a sofrida no ano de 2011, que foi de 2,53%. Esta contracção no crédito ao consumo é devida a um processo de desalavancamento em que se encontram as famílias espanholas.

A mora, com dados de 30 de Setembro de 2012 (últimos dados publicados pela Asnef), tem comportamentos diferentes: aumenta, situando-se em 9,16%, nos Estabelecimentos Financeiros de Crédito, face a 8,20% do mesmo período do ano anterior e diminui nas entidades que só realizam crédito ao consumo, que se situa em cerca de 13,98%, face a 15,32% de 2011 e nas entidades que só financiam automóveis, cerca de 11,37%, face a 12,20% do ano anterior. As coberturas de fundos existentes sobre os números de devedores estão a diminuir, situando-se os Estabelecimentos Financeiros de Crédito em cerca de 55,05% a 30 de Setembro de 2012, face aos 67,11% na mesma data do ano anterior; em Crédito ao Consumo situam-se em cerca de 87,95% face a 90,35% e em crédito automóvel aumentam ligeiramente, situando-se no mesmo período referido anteriormente em 79,24%, face a 78,39% na mesma data do ano anterior.

Situação do crédito ao consumo em Portugal:

Segundo os dados da ASFAC, no segundo trimestre de 2012 o crédito concedido caiu cerca de 17,1% face ao mesmo período de 2011. Ainda assim, estes valores mostram uma subida de 3,9%, face ao primeiro trimestre de 2012, originada pelo aumento do crédito de stock, que contrariou as quedas sofridas no crédito clássico e no crédito revolving. Analisando o primeiro semestre, a diminuição do crédito é maior cerca de 22,5% face ao mesmo período do ano anterior.

Em comparação com o trimestre homólogo, entre Abril e Junho de 2012, o crédito clássico concedido a particulares caiu cerca de 31%, o de empresas caiu cerca de 9,6%, enquanto o revolving se manteve.

Os dados de incumprimento de particulares demonstram um aumento significativo, passando de um incumprimento de 10,50% no sector consumo a 31 de Dezembro de 2011, para 11,80% em 31 de Dezembro de 2012.

As previsões económicas do Banco de Portugal para o ano de 2013 são de uma contracção de 1,9%. As previsões apontam para um retrocesso no consumo privado de cerca de 3,6% e um aumento do desemprego de 1,9%. Também apontam para uma contracção de 1,3% para o ano de 2014.

Pastor Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A. (Sociedad Unipersonal)

Relatório de Gestão do Exercício terminado em 31 de Dezembro de 2012

Actividade de Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal):

Em consonância com a difícil conjuntura descrita nas epígrafes anteriores, a actividade da Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal) até 31 de Dezembro de 2012 sofreu um crescimento negativo de 1,14% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Há que assinalar que esta quebra na actividade é bastante menor que a sofrida pelos associados da ASNEF, que se situou nos 4,44%.

O investimento creditício a 31 de Dezembro de 2012, sem operações estruturadas, situa-se em 152,4 milhões de euros, o que implica uma redução de 2,18%, relativamente ao número de 2011. A quebra nesta epígrafe nos associados da ASNEF foi de 2,83%, também superior à sofrida pela Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal).

Por produtos, o aumento na produção de crédito a comércio, situa-se em 4,58% na data de 31 de Dezembro de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior; no crédito automóvel, o retrocesso é de 44,75% e, no que respeita ao renting, regista um retrocesso de 87,28%, este último devido a que, em consequência da fusão por absorção do Banco Popular Español, SA sobre o Banco Pastor, SA, deixou de comercializar-se este produto. A situação do crédito automóvel é preocupante porque estão cada vez mais presentes as financeiras das marcas, os acordos que incluem apólices de stock e o financiamento V.O. , dois produtos que a Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal) não comercializa.

No ano de 2012, incorporaram-se 116.311 novos clientes, face aos 113.145 do ano anterior, o que significa um incremento de cerca de 2,8%.

A produção de leasing limitou-se à gestão de diversas operações de automóveis em Portugal

O índice de incumprimento situa-se em 4,25%, muito inferior ao resto das Entidades Financeiras que, segundo os dados do Banco de Espanha, é de 9,29% e mantêm-se índices de cobertura de 127,38%, enquanto que o resto das entidades financeiras, segundo os dados do Banco de Espanha, têm índices de cobertura de 65,52%.

Resultados:

No final do exercício de 2012, a Sociedade obteve um lucro antes de impostos de 3.317 milhares de euros.

O aumento da margem de juros deve-se principalmente à descida dos custos de financiamento. Quanto aos juros de financiamento, por países, Portugal aumentou notavelmente a facturação e em Espanha a quebra é ligeira, em relação ao exercício anterior.

Pastor Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A. (Sociedad Unipersonal)

Relatório de Gestão do Exercício terminado em 31 de Dezembro de 2012

A Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal) prosseguiu o esforço de contenção dos custos, o que se reflecte na descida das despesas gerais de administração. Esta descida deve-se principalmente à descida das despesas de tipografia que tinham aumentado consideravelmente no exercício anterior por causa das modificações introduzidas na Lei de Crédito ao Consumo, bem como pela queda das despesas de registo e relatórios comerciais relacionados com a facturação de motor. Em relação às despesas de pessoal, continuam as medidas de contenção salarial.

As perdas por deterioração do investimento creditício aumentaram devido fundamentalmente ao aumento da carteira de Portugal, à provisão específica de um expediente do produto leasing em Espanha e à conjuntura actual de desemprego com a conseqüente diminuição dos recursos dos nossos clientes para fazerem frente às dívidas. Em relação à deterioração do resto dos activos, fez-se uma correcção de valor sobre o Projecto Nova Plataforma de Meio de Pagamento que se estava a desenvolver para o Grupo Banco Pastor e que, por causa da fusão por absorção do Banco Popular Español, SA sobre o Banco Pastor, SA, se paralisou.

No fecho de exercício de 2012 os créditos a clientes totalizam um saldo de 213.206 milhares de euros, o que representa cerca de 32% do activo total do balanço, dos quais as operações de tax-lease totalizam 63.304 milhares de euros, cerca de 9,39% do activo total do balanço.

Acontecimentos posteriores ao fecho:

Depois do fecho do exercício não ocorreram eventos adicionais relevantes para a Sociedade, para além dos que estão comentados na memória.

Acções próprias:

Não houve aquisições de acções próprias por parte da Sociedade nos exercícios de 2012.

Evolução previsível da Sociedade:

A evolução previsível do consumo e do crédito ao consumo para o ano de 2013 continua débil. Cremos que a Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal) continuará a manter uma evolução positiva, tanto pela estabilidade dos nossos clientes, pela estratégia desenhada para este exercício, orientada para um maior esforço de captação de novos clientes e pelas oportunidades que aporta a integração no Grupo Banco Popular.

Investigação e desenvolvimento:

A Sociedade finalizou o desenvolvimento da aplicação Wevservice que melhora o processo de captação de dados dos clientes, de maneira a que prescriptor possa incorporar os dados directamente da sua aplicação à da Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedad Unipersonal) e receber a resposta ao seu pedido de financiamento on-line. Não obstante, estão a desenvolver-se novos serviços que dotarão a plataforma de mais funcionalidades e que a tornarão mais operativa e mais cómoda para os utilizadores.

**Pastor Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de
Crédito, S.A. (Sociedad Unipersonal)**



**Relatório de Gestão do Exercício terminado em 31 de Dezembro de
2012**

Adicionalmente, durante o ano de 2012, desenvolveu-se uma aplicação importante em Portugal, para o registo e revisão das operações de consumo.

Meio Ambiente:

A Sociedade, enquanto parte integrante do Grupo Banco Popular, adoptou as medidas oportunas relativas à protecção e melhoria ambiental e à segurança e saúde do trabalhador, adoptando, entre outros, planos de reciclagem de consumíveis e planos de poupança de energia.

Gestão de risco:

Na Nota 28 da memória junta, descreve-se a gestão do risco de Pastor Servicios Financieros, EFC, SA (Sociedade Unipessoal).

Evolução da equipa:

A Sociedade manteve o carácter de estabilidade na equipa em Espanha e na sucursal de Portugal.

**Pastor Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de
Crédito, S.A. (Sociedad Unipersonal)**



**Relatório de Gestão do Exercício terminado em 31 de Dezembro de
2012**

DILIGÊNCIA DE FORMULAÇÃO

Para os devidos efeitos legais, os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração de Pastor Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de Crédito, SA (Sociedad Unipersonal), fazem constar que as Contas Anuais e Relatório de Gestão correspondentes ao exercício anual terminado em 31 de Dezembro de 2012 são as que figuram nas 88 folhas precedentes. As Contas Anuais correspondentes ao exercício anual terminado em 31 de Dezembro de 2012 foram formuladas em A Coruña pelo Conselho de Administração da Pastor Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de Crédito, SA (Sociedad Unipersonal) na sua reunião de 27 de Março de 2013.

José Manuel Sáenz Garcia
Presidente

José Manuel Piñero
Conselheiro

Carlos Docampo Bello
Conselheiro

Angel Rivera Congosto
Conselheiro

Joaquin Ariza Robles
Conselheiro

José Carlos Souto Rodriguez
Conselheiro

Francisco Javier Lleó

Secretário

**ACTA DAS DECISÕES DA ACCIONISTA ÚNICA DE
PASTOR SERVICIOS FINANCIEROS E. F. C., S.A., SOCIEDADE UNIPessoal
COM DATA DE 28 DE JUNHO DE 2013**

Em Madrid, na rua Ortega Y Gasset, nº 29, no dia 28 de Junho de 2013, compareceu a Accionista Única da Sociedade BANCO POPULAR ESPAÑOL, S.A., titular de 100% do capital social, representada neste acto por Francisco Javier Lleó Fernández, devidamente mandatado para o efeito, de acordo com o disposto no Art. 15º da Lei de Sociedades de Capital e no exercício de competências próprias da Assembleia Geral, adopta as seguintes

DECISÕES

- 1. EXAME E APROVAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS (Balanço, Conta de Perdas e Ganhos, Estado de Variações no Património Líquido, Estado de Fluxos de Efectivo e Memória) E DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA SOCIEDADE, CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.**

A Accionista Única decide aprovar as Contas Anuais, isto é, o Balanço, a Contas de Perdas e Ganhos, Estado de Variações no Património Líquido, Estado de Fluxos de Efectivo e a Memória e o Relatório de Gestão correspondentes ao exercício económico terminado em 31 de Dezembro de 2012.

O Balanço, a Contas de Perdas e Ganhos, o Estado de Variações no Património Líquido, o Estado de Fluxos de Efectivo e a Memória, bem como o Relatório de Gestão estão assinados pelos administradores com cargo em vigor na data da formulação.

Faz-se constar que as referidas Contas Anuais e Relatório de Gestão foram previa e respectivamente auditadas pela empresa PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L.

- 2. EXAME E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO TERMINADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012.**

A Accionista Única decide aprovar a Aplicação do Resultado da Sociedade, proposta pelo Conselho de Administração, correspondente ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2012, a qual é a seguinte:

RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.265 mm €
Reservas Voluntárias	2.039 mm €
Reserva legal	226 mm €
Resultados negativos de exercícios anteriores	-----
Total	2.265 mm €

3. EXAME E APROVAÇÃO DA GESTÃO SOCIAL DURANTE O EXERCÍCIO TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Accionista Única decide aprovar, sem quaisquer reservas, a gestão realizada pelo Órgão de Administração durante o exercício terminado a 31 de Dezembro de 2012, agradecendo o interesse demonstrado no desempenho da sua gestão.

4. REELEIÇÃO DO AUDITOR DE CONTAS DA SOCIEDADE.

A Accionista Única decide renovar por um ano mais, ou seja, para o exercício económico de 2013, como Auditor de Contas da Sociedade, conforme previsto no Art. 264º da Lei de Sociedades de Capital, a firma PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L., com o CIF B-79.031.290 e com escritórios em A Coruña, Edifício Torre de Cristal, Rua Enrique Mariñas, nº 36, inscrita no Registo Oficial de Revisores de Contas com o nº S0242 e no Registo Comercial de Madrid, sob Folha 87.250-1, Folio 75, Tomo 9.267, Livro 8.054, Secção 3ª.

5. DELEGAÇÃO DE PODERES.

A Accionista Única decide conceder, tão amplamente como em direito seja permitido, a todos os membros do Conselho de Administração, bem como ao Secretário não conselheiro, poderes para que qualquer um deles, de forma indistinta e solidária, possa outorgar e assinar as escrituras necessárias, bem como legitimar assinaturas, com o fim de formalizar as deliberações anteriores e os negócios jurídicos que nelas tenham origem, lavrando inclusivamente escritura pública para que possam produzir todos os seus efeitos legais, incluindo os derivados do depósito das Contas Anuais no Registo Comercial, conferindo-lhes especial e expressamente poderes para que, caso ao ser efectuado dito depósito para sua inscrição, o Conservador verifique a existência de algum erro, falta ou omissão que possa impedir tal inscrição, possam assinar os documentos e/ou outorgar os documentos públicos necessários para a aclaração, correcção, sanação ou rectificação necessárias, a fim de conseguir a inscrição definitiva no Registo Comercial.

6. REDACÇÃO E APROVAÇÃO DA ACTA.

A presente acta foi redigida, aprovada e assinada pelo representante da Accionista Única na data e lugar indicados no início.

A ACCIONISTA ÚNICA
BANCO POPULAR ESPAÑOL, S.A.

Francisco Javier Lleó Fernández